

Genocídio de idosos é preço alto demais

Deputados recusam a assinar o termo de vassalagem em troca de cargos no governo

Divulgação



Para Subtenente Gonzaga, a PEC para os militares é “arapuca para PM e Bombeiro”
“Eu considero que nós fomos traídos”, resumiu o parlamentar sobre a Previdência dos militares. Pág. 3



Cresce a resistência no Congresso à destruição da Previdência Social

Elas “querem que os deputados assinem essas indicações para se comprometerem com a reforma da Previdência”, denunciou o deputado Domingos Neto, do PSD, coordenador da bancada do Ceará no Congresso. Bancadas de outros estados como Alagoas e Paraná também demonstraram incômodo com a forma desrespeitosa como Bolsonaro e sua equipe vêm tratando o Congresso. Deputados denunciam que o governo critica publicamente a “velha política”, mas ao mesmo tempo oferece cargos mediante assinatura de termos de compromisso de votos. **Página 3**

Arrocho e ajuste fiscal: Brasil tem pior década em 120 anos, diz FGV

Estudo da FGV aponta que a atual década - marcada pela política neoliberal de cortar salário, investimento público e desnacionalizar a economia - será a pior década em 120 anos. O crescimento real médio previsto de 2011 a 2020 é de 0,9%. Um desempenho da economia brasileira abaixo do observado nos anos 80, a chamada “década perdida”, quando o PIB registrou, em média, 1,6% ao ano. A continuação pelo atual governo da mesma política econômica dos governos Dilma e Temer - que teve no biênio 2015-2016 o pior desempenho da história brasileira, com queda 3,5% e 3,3% - vai agravar em muito a crise econômica. **Página 2**

Novo presidente da OAB: “não é aceitável tirar de quem não tem para dar a quem não precisa”

Em cerimônia de posse da nova direção do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na terça-feira (19), o novo presidente da entidade, o advogado Felipe Santa Cruz, reafirmou os princípios da defesa da Justiça, da Democracia e da paz social, e destacou que “não é aceitável tirar de quem não tem para dar a quem não precisa”, ao afirmar que a OAB irá debater, de forma técnica e sob a ótica do interesse coletivo, as Reformas da Previdência, Tributária e o Pacote Anticrime. **Página 2**

Barragem da Vale em Cocais está com risco máximo de rompimento

Dois meses após a tragédia de Brumadinho, a cidade de Barão de Cocais (MG), vive o desespero do risco de uma nova tragédia. Na sexta-feira (22), a barragem de risco de uma nova tragédia foi decidida pela Agência Nacional de Mineração (ANM). **Página 4**

Debate com Renato Rabelo marca os 97 anos do PCdoB em S. Paulo

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) realizou atos em todo o país, na segunda-feira (25), comemorando os 97 anos do partido. Em São Paulo, foi realizada uma palestra com o dirigente nacional Renato Rabelo (foto), no Sindicato dos Engenheiros de SP. O ato nacional pela data aconteceu em Olinda, Estado da presidente nacional Luciana Santos. **Página 3**



Repúdio a PEC da Previdência tomou ruas em vários Estados

Os atos convocados pelas Centrais Sindicais e entidades populares tomaram conta do Brasil na última sexta-feira (22). “Nós, que passamos a madrugada e o dia todo realizando atos nas portas das fábricas e nas ruas desse país, caminhamos e ganhamos força para barrar essa reforma que tem por objetivo privatizar o sistema previdenciário”, afirmou o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nivaldo Santana, no ato que reuniu 60 mil pessoas na Paulista. As manifestações começaram ainda de noite, com assembleias de rodoviários e trabalhadores nas portas de fábricas e foram se desdobrando ao longo do dia. **Página 5**

Bayer condenada 2 vezes por Roundup causar câncer

Previsão de crescimento do PIB recua para 2,2%

O Ministério da Economia de Jair Bolsonaro anunciou na última sexta-feira (22) uma redução na projeção do Executivo para o PIB de 2019. A expectativa oficial revisada é de crescimento de 2,2% enquanto antes era de 2,5%. O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os bens e serviços produzidos e mede a atividade econômica do país.

Apesar da promessa de uma vigorosa retomada do crescimento, o novo governo assumiu tendo como agenda principal uma política econômica recessiva e incompatível com o crescimento – optando pelo arrocho aos trabalhadores, a ameaça aos direitos sociais e o corte nos investimentos. Os sinais de que essa receita não dará resultados sustentáveis vieram com os dados oficiais do desempenho da indústria, comércio e serviços já nos primeiros meses do ano – além da manutenção da alta taxa de desemprego.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, encerrou o mês de janeiro em queda de 0,41% sobre dezembro e as apostas do mercado financeiro reduziram-se toda a semana, apontando agora uma previsão de 2%, abaixo da oficial, portanto. Uma semana antes falavam em 2,28% e, 4 semanas antes, em 2,48%. Ler mais em: <https://horadopovo.org.br/previa-do- PIB-registra-queda-em-janeiro-avalia-ibc-br/>

Em 2018, o PIB reproduziu o resultado de baixo crescimento do ano anterior, registrando variação de 1,1%. Neste ano, as estimativas oficiais também foram reduzidas repetidas vezes. No início do ano, o governo esperava crescimento de 3% do PIB.

Bloqueio de R\$ 29,792 bilhões

Na mesma ocasião, o secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Junior, anunciou o bloqueio de R\$ 29,792 bilhões em gastos no Orçamento de 2019. Segundo ele, o objetivo do governo é o de “assegurar” o cumprimento da meta para as contas públicas neste ano – de déficit primário de até R\$ 139 bilhões. Ou seja, de assegurar a transferência de recursos públicos para os bancos, através do pagamento de juros.

O valor do bloqueio é R\$ 13,5 bilhões maior do que foi contingenciado do Orçamento no ano passado (R\$ 16,2 bilhões).

Segundo o subordinado de Paulo Guedes, houve uma reestimativa das receitas e das despesas em relação aos valores aprovados no ano passado – com queda de R\$ 29,740 bilhões na estimativa de receitas para este ano. Na Lei Orçamentária, a previsão para a receita líquida (total líquido arrecadado pelo governo com impostos, outorgas, multas, e etc.) era de R\$ 1,299 trilhão, passando agora para R\$ 1,273 trilhão.

As despesas, por sua vez, subiram R\$ 3,61 bilhões, para R\$ 1,442 trilhão – o que explica o déficit. O governo culpa insistentemente a Previdência e os gastos sociais pelo suposto desequilíbrio nas contas, mas o aumento das despesas se deve, especialmente, ao crescimento da previsão de gastos com: pessoal e encargos sociais (+1,215 bilhão); créditos extraordinários (+R\$ 6,525 bilhões); subsídios e subvenções (+2,892 bilhões). Enquanto isso, as despesas com benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego caíram R\$ 6,694 bilhões e R\$ 1,215 bilhão, respectivamente.

O governo ainda não informou quais áreas serão afetadas pelo bloqueio.

Privatizações

Com a economia arrasada, a previsão de novas receitas está ancorada nas privatizações, como o bônus de assinatura das concessões de blocos exploratórios de petróleo e gás, concessões de aeroportos e privatização da Cesp. O governo retirou da sua previsão para 2019 as receitas esperadas pela privatização da Eletrobrás (cerca de R\$ 12,2 bilhões).

“A retirada das receitas associadas à privatização da Eletrobrás foi feita por um princípio prudencial. Voltaremos a considerá-las tão logo tenhamos indícios materiais que a privatização acontecerá nesse ano, e todo esforço está sendo para privatização da Eletrobrás em 2019”, declarou Rodrigues.

FGV: de 2011 a 2020 economia deve registrar em média 0,9%



Biênio 2015-2016, nos governos Dilma/Temer, foi o pior da história brasileira

Felipe Santa Cruz, presidente nacional da OAB: “Não é aceitável tirar de quem não tem para dar a quem não precisa”

Em cerimônia de posse da nova direção do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na terça-feira (19), o novo presidente da entidade, o advogado Felipe Santa Cruz, reafirmou os valores e princípios defendidos pela entidade como a defesa da Justiça, da Democracia e da paz social, e destacou que “não é aceitável tirar de quem não tem para dar a quem não precisa”, ao afirmar que a OAB irá debater, de forma técnica e sob a ótica do interesse coletivo, as Reformas da Previdência, Tributária e o Pacote Anticrime.

“Aprendemos a duras penas, com o custo de vidas, que nenhum direito está imune a violações abusivas e a práticas de arbitrio. Por isso, a atuação dos advogados e da OAB será sempre um atributo básico e fundamental em qualquer Democracia”, afirmou Santa Cruz, que tomou posse junto a 162 conselheiros federais, que ficarão à frente da entidade no triênio 2019-2022.

Santa Cruz disse ainda que a OAB nunca será adversária de reformas estruturantes para recolocar o país no trilho do crescimento, mas lembra que a AOB sempre estará atenta ao respeito e à garantia de direitos entre o Estado e o cidadão.

“Necessitamos de reformas que, de fato, democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, mais eficiente e mais competitivo no mercado internacional. Agora, devem ser reformas que realmente



libertem as forças criativas da sociedade e não meramente aniquilem direitos sociais conquistados a duras penas e agudizem ainda mais a miséria e a concentração de renda (...) Não é aceitável tirar de quem não tem para dar, para dar a quem não precisa”, destacou o presidente da OAB.

“Reformar começando pela extinção dos direitos dos mais pobres é tributo ao país do passado, escravocrata e desigual como poucos no mundo. Reformar, em país com trabalho escravo, acabando com a Justiça do Trabalho é seguir a lógica do senhor feudal”, disse.

Felipe Santa Cruz, ao ressaltar que é primeiro filho de um desaparecido político a assumir o posto mais alto da entidade, lembrou que a OAB esteve entre os que não se calam diante da ditadura militar que se instalou em nosso país em 1964. O pai de Felipe, o estudante de

Direito Fernando Santa Cruz, foi preso pelo Doi-Codi no sábado de Carnaval de 1974, no Rio de Janeiro, onde passeava com a família. Levado de volta para São Paulo, nunca mais foi visto.

“No momento do arbítrio, da violência e do silêncio, a Ordem esteve entre os que não calaram. E isso, por si só, já me faz seu devedor”, disse emocionado Felipe Santa Cruz, que afirmou ainda, que a Ordem dos Advogados renova nesta gestão o compromisso em defesa da Justiça e da paz social, atuando como um escudo da Democracia e da Constituição Federal.

“Nossa trincheira sempre será a defesa da Justiça e da paz social e, por consequência, do bom debate que conduza a esses valores. Somos um escudo em defesa do interesse público, da Democracia e da Constituição Federal. Nossas armas são, tão somente, o diálogo, o respeito às divergências e às regras da Lei”, afirmou Santa Cruz.

Ele também fez críticas ao cenário de intransigência política que o Brasil tem vivenciado nos últimos tempos. “Precisamos de um ambiente democrático onde a divergência possa ser claramente manifestada e respeitada. Só a Democracia nos permite, de forma pacífica e pactuada, a correção de erros e rumos do país. E aqui reafirmamos que nosso país só fez avançar na democracia, que sua defesa é a missão maior de nossa geração”.

Para Daniel Almeida, outro tema que deve polarizar os debates no legislativo diz respeito às privatizações, que o governo colocou entre suas prioridades. “Eles querem privatizar tudo. Há uma tentativa de entrega da soberania nacional, que nós não vamos permitir”, afirmou.

Taxa é menor que a da chamada “década perdida”, nos anos 80, quando o PIB registrou, em média, um crescimento de 1,6% ao ano.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) projeta um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil de apenas 0,9% de 2011 a 2020, o mais baixo dos últimos 120 anos.

Segundo o estudo, noticiado pelo G1, se a previsão for confirmada, o desempenho da economia brasileira ficará abaixo do observado nos anos 80, a chamada “década perdida”, quando o PIB registrou, em média, um crescimento de 1,6% ao ano.

O estudo destaca que o biênio 2015-2016, nos governos Dilma e Temer, foi o pior da história brasileira, quando a atividade econômica recuou -3,5% e -3,3%, respectivamente (-3,4% ao ano, em média). Sendo que em 2014, o resultado foi praticamente ZERO (0,5%).

Não é à toa. Nos governos Dilma/Temer foram implementadas as medidas neoliberais, entre elas o famigerado ajuste fiscal - que nada mais é do que tirar dinheiro da produção e da sociedade para passar aos bancos - jogaram a economia no fundo do poço, com desemprego recorde, os maiores juros do mundo, desnacionalização e desindustrialização do país.

A única vez em que o Brasil apresentou dois anos seguidos de taxa real de crescimento do PIB negativa foi em 1930 e 1931 (-2,7% a.a., em média), logo após a Crise de 1929, quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque. Logo em seguida, com as medidas nacional desenvolvimentistas implementadas por Getúlio Vargas, a economia nacional teria um crescimento vigoroso por 50 anos.

O atual governo não é apenas a continuidade da política neoliberal dos governos Dilma/Temer, com cortes nos investimentos, transferência de recursos públicos para pagar juros aos bancos, privatizações, entrega do petróleo no pré-sal aos estrangeiros, arrocho salarial, cortes de direitos, que levaram o país a maior recessão de sua história. Ele é o aprofundamento da política que jogou a economia no fundo do poço.

Nesse quadro, Bolsonaro anunciou a que veio: “Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”. Desconstruir todo um alicerce de nação, construído na gover-

Caímos numa arapuca, diz Subtenente Gonzaga sobre aposentadoria para militares

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) condenou o projeto do governo para a previdência dos militares, considerando que traz “perdas significativas para os militares estaduais”.

“Eu considero que nós fomos traídos”, afirmou o parlamentar. “A minha convicção é de que nós caímos numa arapuca, com a narrativa de que os militares tinham que ir para o sacrifício, e com a narrativa de que o que se aplicava aos militares federais se aplicava para os militares estaduais. A leitura que eu faço do texto é que essa premissa não está no texto da PEC e muito menos no projeto de lei dos militares das Forças Armadas”, enfatizou Gonzaga.

A primeira crítica do deputado ao projeto de lei de reforma da Previdência das Forças Armadas é dirigida à proposta de reduzir o efetivo dos policiais militares dos estados. “Os militares estaduais não têm e nem nós queremos militares temporários. Nas Forças Armadas há historicamente a figura do militar temporário. O texto do projeto de lei está propondo reduzir o tamanho do efetivo permanente e aumentar o temporário”.

“Nós policiais militares precisamos de aumentar o efetivo. As FFAA estão aquarteladas e podem trabalhar com uma força temporária porque sua missão principal é proteger o território, proteger a soberania e numa expectativa de uma guerra que todos nós trabalhamos para

na Getúlio, que em resposta à Crise de 29 industrializou o país, com a Petrobrás, CSN, Vale do Rio Doce, entre tantas estatais, garantindo salários dignos, ampliação do mercado interno, direitos trabalhistas e aposentadoria.

O integrante do Ibre/FGV Marcel Balassiano, responsável pelo estudo, repetiu a ladainha que “o nosso problema fiscal é enorme e precisa ser resolvido para permitir a volta de algum crescimento mais robusto”. Sua “análise” faz coro com os arautos pela extinção da Previdência Pública como solução para a crise e o fim dos “sucessivos déficits nas contas públicas”.

Especialistas e entidades nacionais dos mais diversos setores, entretanto, já demonstraram que a Previdência não é deficitária, que não existe rombo na Previdência. O que existe é a vontade do setor financeiro de meter a mão e transferir para os bancos esse tesouro que sintetiza o esforço dos trabalhadores, homens e mulheres, da cidade e do campo, de poderem usufruir uma aposentadoria digna. Todos esses especialistas concordam que só com o crescimento econômico haverá aumento de arrecadação e superação da crise fiscal.

Mas, a política neoliberal de Dilma, Temer e Bolsonaro estão colocando o país no rumo da recessão e da estagnação. Eles fizeram e continuam a fazer a economia encolher. Na sexta-feira (22), o Ministério da Economia reduziu sua previsão de alta do PIB para este ano, de 2,5% para 2,2% e o boletim Focus do Banco Central de 3% para 2%.

Nos últimos dois anos, o PIB avançou apenas 1,1% e 2019 inicia com a economia patinando no fundo do poço. “A entrada de 2019 deu continuidade à recessão industrial iniciada no final do ano passado”, disse o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) sobre os dados da indústria divulgados pelo IBGE.

“Em janeiro último, a indústria recuou -0,8% na série com ajuste sazonal e -2,6% ante jan/18. Este foi o terceiro mês consecutivo sem recuperação industrial. Ao invés de progredirmos, estamos nitidamente regredindo nos últimos meses. Em jan/19, a produção industrial ainda está 17% abaixo do último pico histórico, atingido em mai/11.”, avalia o Iedi.

não acontecer. Mas na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, a guerra é diária e todas as polícias militares já estão com defasagem de efetivo. E é inaceitável nós pensarmos em militares temporários, em policiais temporários, para fazer segurança pública”, explicou o parlamentar em vídeo nas redes sociais.

O deputado é membro da Bancada da Segurança na Câmara dos Deputados. No dia 12, ele reuniu, através do Gabinete Integrado dos Profissionais de Segurança Pública e Ministério Público, no auditório Nereu Ramos da Câmara, entidades de militares e procuradores no “1º Simpósio Reforma da Previdência – A Reforma que Defendemos” para “pressionar o governo contra a proposta”.

O projeto de previdência e reestruturação da carreira militar causou estranheza até mesmo entre os parlamentares governistas. O deputado Delegado Waldir, líder do PSL, partido de Bolsonaro, registrou sua decepção em post no Facebook. “Penso que (a reestruturação da carreira dos militares) vem num momento difícil. No meu entendimento, era um diálogo que não era o momento para se discutir. O momento agora é de sacrifício... Outras carreiras poderão pedir essa mesma reestruturação”, disse, contrários à reforma da nossa organização é diferente das FFAA”, disse. <https://horadopovo.org.br/projeto-da-previdencia-dos-militares-e-uma-arapuca-para-as-pms-diz-o-deputado-subtenente-gonzaga-pdt/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Líder do PCdoB na Câmara repudia reforma que “maltrata os pobres”

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), novo líder da bancada do partido na Câmara, afirmou que no momento está colocado o desafio de barrar os retrocessos propostos pelo governo de Jair Bolsonaro. “O debate na ordem do dia é a reforma da Previdência”, disse.

Ele destacou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, que chegou à Câmara em fevereiro, é “um desmonte da Previdência pública” e é “integralmente danosa” para o povo brasileiro.

“Essa reforma é para maltratar os pobres. É mentira que vai distribuir os sacrifícios. E vamos enfrentar esse debate”, ressaltou o novo líder da bancada.

O nome de Daniel Almeida para liderar a bancada foi confirmado durante reunião na Câmara, afirmou que no momento está colocado o desafio de barrar os retrocessos propostos pelo governo de Jair Bolsonaro. “O debate na ordem do dia é a reforma da Previdência”, disse.

O parlamentar fez uma avaliação do governo de Bolsonaro até aqui: “Este é um governo que não tem uma forma definida. São muitos interesses. Esse conjunto de coisas leva a um conflito muito grande da base. São muitas estrelas, mas sem nenhuma visão sobre os problemas do Brasil”.

O deputado baiano observou que parlamentares ligados ao Planalto têm subido à tribuna da Câmara para

Deputados rejeitam chantagem para votar a favor do governo



Temer é preso pela Operação Lava Jato

Prisão de Temer reduz a eficácia da estratégia de vitimização de Lula

“O Partido dos Trabalhadores espera que as prisões de Michel Temer e de Moreira Franco, entre outros, tenham sido decretadas com base em fatos consistentes, respeitando o processo legal”. Assim começa o comunicado do PT sobre a prisão de Temer.

Na nota, o partido chama Temer de “golpista”, diz que “sua agenda levou ao aumento da desigualdade e da miséria”, mas não se pronuncia sobre os atos de corrupção explícita do ex-presidente, inclusive os fartamente exibidos pela TV em rede nacional.

Procurando manter um mínimo de coerência com a fantasiosa narrativa de que Lula é inocente, nada roubou e está preso por pura perseguição política, o PT preferiu passar a medir Temer pela mesma régua, transferindo-o do rol dos perseguidores para o das vítimas de perseguição política.

O problema é que no Brasil não há quem não saiba que Temer é corrupto. Daí a versão popular de que o PT agora está empenhado na campanha do “Temer Livre”.

A leniência com a corrupção não costuma empolgar as exploradas, desassistidas e sistematicamente enganadas massas populares.

Por isso as forças políticas que quiserem construir uma relação duradoura de respeito e confiança com a população devem cultivar a sabedoria de resistir às tentações e manter as mãos longe da caixa registradora.

SÉRGIO RUBENS



Para parlamentares, cargos oferecidos por Bolsonaro e Onyx são ‘toma lá, dá cá’

Rodrigo Maia revela que o governo Bolsonaro é um “deserto de ideias”

Depois de Bolsonaro compará-lo a uma “namorada” com problemas (“Você nunca teve uma namorada e, quando ela quis ir embora, o que você fez? Não pediu para ela voltar? Você não conversou?”), o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, declarou:

“Eu não preciso almoçar, não preciso do café e não preciso voltar a namorar. Ele [Bolsonaro] precisa ter mais tempo pra cuidar da Previdência e menos tempo cuidando do Twitter, porque, se não, a reforma não vai andar.”

“Se o presidente não falar comigo até o fim do mandato, não tem problema. Não preciso falar com ele. O problema é que ele precisa conseguir várias namoradas no Congresso, são os outros 307 votos que ele precisa conseguir [para aprovar a reforma da Previdência]”.

Bolsonaro declarou que os ataques de seu filho, Carlos, que puxou o cordão bolsonarista contra Maia na Internet, não eram motivo para que o deputado Maia deixasse as articulações do ataque à Previdência (v. [Maia reage a agressões bolsonaristas e deixa articulação da reforma da Previdência](#)).

“Ele [Bolsonaro] está transferindo para a presidência da Câmara e do Senado uma responsabilidade que é dele. Então, ele fica só com o bônus e eu fico com o ônus de ganhar ou perder. Se ganhar, ganhei com eles. Se perder, perdi sozinho”, disse o deputado Maia, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

“Não fui só eu que fui criticado. Todo mundo que de alguma forma fez alguma crítica ao governo, recebe os maiores ‘elogios’ da rede dos Bolsonaro. Isso é ruim, porque você não respeita e aquele que se sentir prejudicado por uma decisão da Justiça tem o poder de recorrer”.

Enquanto isso, no Chile, em reunião com algumas carcomidíssimas múmias pinochetistas, Bolsonaro declarou, com seu costumeiro estilo Tico e Teço, que “os atritos que acontecem no momento mesmo estando calado fora do Brasil acontecem na política lá dentro porque alguns não querem largar a velha política”.

Foi intensamente aplaudido pelas múmias chilenas, todas fascinadas com a “nova política” de

Bolsonaro.

“Até perdoo o Rodrigo Maia pela situação pessoal que ele está vivendo”, disse Bolsonaro, referindo-se, como seu filho já fizera, à prisão de Moreira Franco, esposo da sogra do deputado, pela Operação Lava Jato.

“Quando você tem um problema desse”, disse Maia, sobre a prisão de Temer e Moreira Franco, “ele [Bolsonaro] vincula logo à política, ao desgasto do Parlamento. Isso é ruim. As instituições precisam funcionar. Uns gostam da decisão, outros não. Mas ela precisa ser respeitada e aquele que se sentir prejudicado por uma decisão da Justiça tem o poder de recorrer”.

Segundo o deputado Maia, “o Brasil precisa sair do Twitter e ir para a vida real. Ninguém consegue emprego, vaga na escola, creche, hospital por causa do Twitter. Precisamos que o País volte a ter projeto. Qual é o projeto do governo Bolsonaro, fora a Previdência? Fora o projeto do ministro Moro? Não se sabe. O governo é um deserto de ideias”.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

C. L.

Ex-candidata reafirma à PF que ministro do Turismo propôs candidatura laranja

A comerciante Zuleide Aparecida de Oliveira, candidata do PSL em 2018, reafirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, então presidente da sigla em Minas Gerais, propôs pessoalmente que desviasse parte do dinheiro do fundo eleitoral que receberia para a campanha.

Segundo a comerciante, caso fosse candidata, ela receberia R\$ 60 mil do fundo partidário, mas só ficaria com R\$ 15 mil. Zuleide de Oliveira foi ouvida pela delegada An-

drea Tsuruta, de Belo Horizonte, por cerca de duas horas na última terça-feira (19). O depoimento ocorreu na cidade de Varginha, na região do Sul do Estado. A investigação está sob sigilo, mas o advogado dela relatou que foram apresentadas provas para a autoridade policial.

“Ela confirmou à delegada a reunião feita, [em] que estavam ela, o deputado [Marcelo Álvaro Antônio] e mais três pessoas no gabinete do deputado, e que o deputado fez a proposta a ela: ‘para o financiamento de campanha, vem do fundo

partidário R\$ 60 mil e você restituiu ao partido R\$ 45 mil. Usa R\$ 15 mil para sua campanha e mais os santinhos que o partido vai te fornecer”, afirmou o advogado Renato Delavia.

“Estavam ela [Zuleide], um policial civil aposentado, o marido da Zuleide, o deputado e um assessor do deputado”, completou. A comerciante entregou seu celular à PF para ser periculado em busca de mensagens de texto e de áudio trocadas com assessores do ministro.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

PCdoB comemora seus 97 anos com debate no Sindicato dos Engenheiros

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) realizou atos em todo o país, na segunda-feira (25), para comemorar os 97 anos do partido. Em São Paulo, o partido realizou um debate com Renato Rabelo, dirigente do PCdoB, no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo.

O ato nacional pela data aconteceu em Olinda - cidade em que foi prefeita a presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos - no Centro de Convenções de Pernambuco, com a participação de lideranças políticas do partido e de outras legendas, além de representantes dos movimentos sociais. Luciana Santos é também vice-governadora de Pernambuco.

A bancada do PCdoB



Renato Rabelo durante palestra pelos 97 anos

na Câmara também comemorou a data. O líder da bancada, Daniel Almeida (BA), declarou que o partido comemora seu aniversário com “muita força e energia” na luta contra os retrocessos im-

postos pelo atual governo. “O partido se junta às forças progressistas em defesa da democracia, soberania, dos direitos dos trabalhadores. Avante comunistas”, afirmou Daniel.

Bancadas na Câmara estão recusando cargos oferecidos pelo governo Bolsonaro e denunciando o que eles chamam de “chantagem política” para votar pela reforma da Previdência

A reação à forma de agir do governo e aos intentos de Bolsonaro de aprovar a qualquer custo o desmonte da Previdência Social está cada vez mais intensa dentro de fora do Congresso Nacional. Deputados denunciaram que o governo critica publicamente a atuação parlamentar, taxando-a de “velha política” e, ao mesmo tempo, oferece, na calada da noite, cargos na Esplanada, mediante assinatura de termos de compromisso para garantir os votos em suas propostas.

“Eles querem que os deputados assinem essas indicações para se comprometerem com a reforma da Previdência”, denunciou o deputado Domingos Neto, do PSD, coordenador da bancada do Ceará no Congresso. “Não aceitaremos cargos até que o governo mude a forma de se relacionar. Nenhum deputado quer assinar nada em troca de comprometimento com a reforma”, afirmou Domingos. “Ninguém vai se comprometer com um tema tão sensível como esse em troca de cargo. Não aceitaremos ‘toma lá, dá cá’”, acrescentou o parlamentar.

Bancadas de outros estados como Alagoas e Paraná também demonstraram incômodo com a forma desrespeitosa como Bolsonaro e sua equipe vêm tratando o Congresso Nacional. A irritação entre os congressistas e o repúdio ao governo chegou a tal ponto que Rogério Marinho, secretário especial da Previdência e do Trabalho, confessou no sábado, durante viagem a Guarujá, no litoral paulista, que deu chabu na votação. “O mundo caiu na sexta-feira, na tramitação da reforma da Previdência”, confessou.

O vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (PRB-SP), traduziu em números a avaliação feita por Marinho, sobre o estrago provocado pela sanha fanática do bolsonarismo neste início de governo. “Hoje não tem cinquenta votos. Nem o PSL vota 100%. Talvez o governo tenha sido amador por falta de experiência”, disse. Pereira é ex-ministro da Indústria, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e presidente nacional do PRB, partido que detém uma bancada de 31 cadeiras na Casa.

Para agravar ainda mais a confusão nas hostes governistas, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), assim que saiu de um reunião no Palácio do Alvorada com Jair Bolsonaro, no domingo, divulgou diversas mensagens no whatsapp do PSL dando força para os ataques a Rodrigo Maia e aos deputados. Ou seja, informando que será mantido o comportamento desastroso que o Planalto e sua trupe tiveram até agora.

“Nosso presidente está certo e também convicto de suas atitudes”, disse o Major Vitor Hugo. Ele não citou nominalmente a “velha política”, expressão criticada por Maia na troca de acusações com Bolsonaro, mas disse que é “preciso mudar essa situação”. Logo em seguida, usou charges para ironizar negociações de cargos em governos passados.

Integrantes do governo passaram a estimular que internautas seguissem atacando os parlamentares, pressionando-os a se submeterem ao Planalto. Diversos memes contra Rodrigo Maia foram disparados na internet. O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra saiu acusando os deputados de interesseiros. “Eles acham que seus pedidos não estão sendo atendidos e, por isso, não se mostram dispostos. Vão ter que se explicar com a população”, acusou. Cintra também convocou seus seguidores a pressionar os congressistas através das redes sociais.

O deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara, defensor da reforma da Previdência, informou, após sofrer diversos ataques de bolsonaristas, por todos os lados, e pelo próprio presidente nas redes sociais, que chegou ao seu limite e que não aceitará mais que o Parlamento seja desrespeitado dessa forma. Ele anunciou que se afastaria das articulações políticas pela aprovação da reforma da Pre-

vidência e disse que Bolsonaro “tem que largar o twitter e começar a governar”.

“Não fui só eu que fui criticado. Todo mundo que de alguma forma fez alguma crítica ao governo, recebe os maiores ‘elogios’ da rede dos Bolsonaro. Isso é ruim, porque você não respeita, e não receber com reflexão uma crítica, não é um sinal de espírito democrático correto”, afirmou Rodrigo Maia.

“Ele [Bolsonaro] está transferindo para a presidência da Câmara e do Senado uma responsabilidade que é dele. Então, ele fica só com o bônus e eu fico com o ônus de ganhar ou perder. Se ganhar, ganhei com eles. Se perder, perdi sozinho”, disse o deputado Maia, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

Depois de Bolsonaro compará-lo a uma “namorada” com problemas (“Você nunca teve uma namorada e, quando ela quis ir embora, o que você fez? Não pediu para ela voltar? Você não conversou?”), o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) declarou:

“Eu não preciso almoçar, não preciso do café e não preciso voltar a namorar. Ele [Bolsonaro] precisa ter mais tempo pra cuidar da Previdência e menos tempo cuidando do Twitter, porque, se não, a reforma não vai andar.” “Se o presidente não falar comigo até o fim do mandato, não tem problema. Não preciso falar com ele. O problema é que ele precisa conseguir várias namoradas no Congresso, são os outros 307 votos que ele precisa conseguir [para aprovar a reforma da Previdência]”.

Paralelo à crise do governo dentro do Congresso Nacional, cresce na sociedade o repúdio a proposta do governo de destruição da Previdência pública. Na sexta-feira, milhares de pessoas ocuparam as ruas nas principais capitais do país, liderados pelas Centrais Sindicais, para protestar contra a proposta do governo, classificada pelo governador do Maranhão, Flávio Dino, como um verdadeiro genocídio contra o povo brasileiro.

Na semana anterior os governadores do Nordeste, já haviam se reunido em São Luiz e aprovaram posição contrária à reforma da Previdência. (“...”) consideramos que se trata de um debate necessário para o Brasil, contudo posicionamo-nos em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e por invalidez, mulheres, entre outros, pois o peso de déficits não pode cair sobre os que mais precisam da proteção previdenciária”, diz um trecho da carta dos governadores.

“Também manifestamos nossa rejeição à proposta de desconstitucionalizar a Previdência Social, retirando da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos. Do mesmo modo, consideramos ser imprescindível retirar da proposta a previsão do chamado regime de capitalização, pois isso pode inclusive piorar as contas do sistema vigente, além de ser socialmente injusto com os que têm menor capacidade contributiva para fundos privados. Em lugar de medidas contra os mais frágeis, consideramos ser fundamental que setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira”, prosseguiu a Carta dos Governadores.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em cerimônia de posse da nova direção de seu Conselho Federal, também criticou a reforma da Previdência. “Não é aceitável tirar de quem não tem para dar a quem não precisa”, disse o novo presidente da entidade, o advogado Felipe Santa Cruz.

Aprendemos a duras penas, com o custo de vidas, que nenhum direito está imune a violações abusivas e a práticas de arbítrio. Por isso, a atuação dos advogados e da OAB será sempre um atributo básico e fundamental em qualquer Democracia”, afirmou Santa Cruz, que tomou posse junto a 162 conselheiros federais, que ficarão à frente da entidade no triênio 2019-2022.

Desembargador do TRF-2 solta Temer, Moreira Franco e mais 5 alvos da Lava Jato

Tribunal tinha informado que os pedidos de habeas corpus só seriam julgados na próxima quarta-feira (27)

O desembargador Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), determinou a soltura de Michel Temer (MDB-SP) nesta segunda-feira (25).

A decisão determina ainda a liberação do ex-ministro Moreira Franco, de João Batista Lima, o Coronel Lima, e de outros quatro alvos: Maria Rita Fratezi, Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho e Vanderlei Di Natalie.

Temer, Moreira Franco, Lima e os outros 7 alvos foram presos na quinta-feira (21) pela Operação Descontaminação, desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

O TRF-2 informou na sexta-feira (22) que os pedidos de habeas corpus só seriam julgados apenas na quarta-feira (27). E que não haveria decisão monocrática, ou seja, não seriam analisados isoladamente pelo relator do caso e sim pelo plenário da Primeira Turma

Especializada do órgão. Temer estava preso na superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em uma sala da corredeira, no terceiro andar do prédio. Ele foi preso em São Paulo e transferido para o Rio.

No domingo (24), a desembargadora do TRF-2, Simone Schreiber, já havia concedido habeas corpus para Carlos Jorge Zimmermann, um dos presos na Operação Descontaminação que prendeu Temer e Moreira Franco. Ela estendeu a Zimmermann os efeitos da liminar concedida por ela a Rodrigo Castro Alves, dono de agência de publicidade denunciada de ser uma das intermediárias de pagamento de propinas a Temer.

O Ministério Público Federal (MPF) anunciou que vai apresentar esta semana ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal no Rio, denúncia contra Temer por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro pelo desvio de R\$ 1 milhão de um contrato de prestação de serviços de mídia para o Aeroporto de Brasília.

PP, PSD e PPS apoiam Maia contra Bolsonaro

Os líderes de três partidos criticaram o governo e manifestaram apoio ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), após ele sofrer agressões do vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ), filho de Jair Bolsonaro.

Segundo Daniel Coelho (PE), líder da bancada do PPS, a tramitação da reforma da Previdência já é um assunto “muito difícil” e o governo só cria mais problemas ao produzir esse tipo de ruídos. “Algumas declarações em redes sociais, seja do presidente ou do filho dele, não contribuem”, afirmou em apoio a Rodrigo Maia.

O PSD divulgou nota de apoio a Maia, expressando “seu veemente repúdio aos ataques desferidos nas mídias sociais”

contra ele. “Para a bancada do PSD na Câmara, os ataques gratuitos à pessoa do presidente Rodrigo Maia, além de agredir covardemente a sua dignidade pessoal e política, buscam erodir, sobretudo, o Poder Legislativo, esteio do regime democrático e fundamento da República”, diz o partido.

O líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), também manifestou apoio ao presidente da Câmara, assinalando que ele foi “cirúrgico e correto” ao dizer que deixaria as articulações, deixando para o governo a tarefa de conseguir os votos necessários à aprovação de seus projetos. Para o líder do PP, falta ao governo deixar mais claro quais são suas metas e sinalizar com clareza “para onde ele vai”.

Barragem da Vale em Barão de Cocais apresenta risco máximo

Alerta de rompimento da Barragem Sul Superior atingiu o nível máximo. Moradores de Barão de Cocais estão em pânico e fazem vigília durante a noite

Dois meses depois da tragédia de Brumadinho, onde o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Vale, no complexo Mina Córrego do Feijão, matou 212 pessoas e deixou 95 desaparecidos, a cidade de Barão de Cocais (MG), onde também há uma barragem da empresa, vive o desespero do risco de uma nova tragédia.

Na sexta-feira (22), a barragem Sul Superior, da mina de Gongo Soco, subiu para o nível 3. A elevação do alerta de risco da barragem foi decidida pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O nível 3 significa “rompimento ou risco iminente de rompimento”. Em 8 de fevereiro, o risco de rompimento dessa barragem já havia subido para o nível 2.

Cerca de seis mil dos 28 mil moradores da cidade, que vivem às margens do Rio São João passam pelo medo de ter que abandonar suas casas a qualquer momento.

A dona de casa Edna Aparecida Oliveira Silva, de 60 anos, moradora da cidade com casa às margens do rio, decidiu se preparar para a partida a qualquer momento. “Já disseram que a gente não vai ter tempo de pegar nada, então coloquei no porta-malas do carro o álbum de formatura da minha filha, algumas lembranças da casa e documentos”.

Edna afirma que voltou a sentir sintomas de depressão e pânico - problemas que teve no passado, mas que julgava resolvidos. “Não estava tomando mais remédios, mas não tem jeito. Nem cochilo à noite. Vou ter que voltar com o tratamento”.

“Aqui ninguém aguenta mais. Tem hora que dá vontade de ver essa barragem ruir, para acabar com isso de vez”, disse Adriana Aparecida Dutra, de 37 anos, que também mora na cidade. Placas indicando rotas de fuga foram instaladas na cidade. Com temor, um grupo de moradores faz vigília à noite em uma das pontes sobre o Rio São João. “Eles dormem de dia e ficam lá à noite”, conta Edna.

Em fevereiro, quando o nível de falta de segurança subiu para o nível 2, cerca de 500 moradores que tinham suas casas até 10 km da barragem e seriam atingidos muito rapidamente em caso de rompimento, foram evacuados. Agora essas pessoas perderam a esperança de voltar para casa.

A agente de saúde Isabel Cristina Batista, morava no distrito de Socorro com o filho, a irmã, o pai e a mãe, está agora em um hotel em Santa Bárbara, junto com todos os parentes. “A situação piorou. Quando disseram que a barragem seria descomissionada, achamos que poderíamos voltar. Agora, com essa incerteza, acho difícil”, afirmou.

A Barragem Superior Sul está entre as dez que a Vale precisa desativar após exigência do Ministério Público e órgãos reguladores. Esta barragem foi construída no método de “a montante”. A construção “a montante” é do mesmo tipo usado na construção de barragens que se romperam em Mariana, em novembro de 2015, e o de Brumadinho, os dois maiores crimes ambientais da história do Brasil.

Segundo a Defesa Civil 6.054 moradores de Barão de Cocais terão de ser evacuados em caso de rompimento. Mas um eventual rompimento pode atingir também duas outras cidades: Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo. Somando as três cidades: cerca de 9,8 mil pessoas teriam de ser tiradas de suas casas.

O Ministério Público de Minas enviou no domingo duas petições à Justiça. Na primeira, exige que a Vale “se responsabilize pelo abrigo e acolhimento de pessoas e animais”, prestando toda a assistência às famílias desabrigadas.

Em outra, pediu o bloqueio de R\$ 120 milhões da Vale para realização de auditoria técnica para garantir a segurança das barragens como Sul Superior, Vargem Grande (Nova Lima), B3 e B4 do Complexo Minerário Mar Azul (Nova Lima) e Grupo Forquilha do Complexo Mina de Fábrica (Ouro Preto). A pro-

motória afirma que, apesar de vários pedidos feitos à empresa, ainda não há certeza quanto à condição das estruturas.

DENÚNCIA

A ruptura do reservatório que retinha mais de 12 milhões de metros cúbicos (m3) de rejeitos de minério de ferro, em Brumadinho, não foi exatamente uma surpresa para a Vale.

Segundo informações obtidas pelo jornal “O Estado de Minas”, um engenheiro que trabalhou por mais de uma década no setor mais sensível quanto a licenciamentos e vistorias de segurança de barramentos da empresa, contou que “existe uma espécie de ranking das piores barragens no setor de segurança e licenciamento (da Vale). Córrego do Feijão era a terceira pior para nós. Nesse sentido, foi, sim, surpreendente, mas porque a situação de estabilidade de Vargem Grande (Nova Lima) e de Forquilha 2 (Ouro Preto) é muito mais dramática”.

O especialista concordou em revelar ao Estado de Minas as fragilidades que conhece, mas pediu que seu nome seja mantido em sigilo, por temer represálias.

Segundo a reportagem, a pior dessas barragens no ranking interno da própria Vale, é a Vargem Grande, ela tem 35 metros de altura, que comporta 9,5 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro na Mina de Abóboras. No dia 20 de fevereiro, 38 famílias foram removidas da área que pode ser soterrada em caso de rompimento.

A Barragem de Vargem Grande é fonte de problemas desde 2011, revelou o ex-funcionário da Vale. “Na Barragem de Vargem Grande chegamos a ter grandes erosões no maciço. Em 2011, o barramento quase se rompeu. Isso a Vale nem divulgou. A barragem já estava com um processo avançado de trincas, vazando rejeitos. Eu estava lá. Foi uma coisa horrível. E não avisaram a ninguém. Não evacuaram ninguém. Só se soube disso internamente. Contratou-se uma empresa terceirizada para fazer paliativos, e assim ficou”, contou.

Na barragem de Forquilha, parte do Complexo da Mina de Fábrica, em Ouro Preto a situação é semelhante. Famílias precisaram ser removidas dia 20 de fevereiro, assim como em Vargem Grande, devido à insegurança do local, um barramento de 89 metros de altura que contém 24 milhões metros cúbicos de rejeitos, praticamente o dobro de Córrego do Feijão está pra romper.

“Forquilha (2) já tinha problemas de estrutura em 2012. Problemas de instabilidade, com ravinamentos (fendas profundas no talude, estrutura de contenção da barragem), trincas, fissuras, entupimentos de drenos. Fizemos sondagens em locais onde não deveriam fazer, igual ao que vinha ocorrendo em Córrego do Feijão”, comprou. “Em nível de estado crítico, a pior era a de Vargem Grande e a segunda pior era a de Forquilha. A de Córrego do Feijão era a terceira. Por isso, quando se rompeu Córrego do Feijão, já fiquei com medo das outras. A Vale sabendo disso tinha de ter paralisado (as operações) e evacuado as outras imediatamente. Mas ainda levou muito tempo. Era para ser imediato. Eu acho que não deveria voltar nunca. O caminho é só um: descomissionar”, afirma o ex-funcionário, referindo-se as barragens que a Vale terá de descontinuar.

Para o engenheiro, que não trabalha mais na Vale, o motivo de Córrego do Feijão ter ruído antes de Vargem Grande e de Forquilha 2 foi o aumento da intensidade de trabalhos sem qualquer compromisso com a segurança.

“Córrego do Feijão era uma mina paralisada. Foi quando começaram a rodar com os caminhões fora de estrada é que começaram a haver as vibrações de solo que aceleraram o processo de liquefação dos rejeitos dentro da barragem. Era um tráfego intenso e talvez por ser mais intenso do que em Vargem Grande e Forquilha, tenha fragilizado mais (a Barragem 1 de) Córrego do Feijão”, avaliou.



Barragem Sul Superior foi feita no mesmo método da que se rompeu em Brumadinho e que matou 212 pessoas e deixou 95 desaparecidos

Lama de rejeitos de Brumadinho chega à Bacia do São Francisco

A Fundação SOS Mata Atlântica divulgou na última sexta-feira (22), um relatório chamado “O retrato da qualidade da água nas bacias da Mata Atlântica”, onde afirma que a lama da Usina do Córrego do Feijão, que se rompeu no dia 25 de janeiro em Brumadinho (MG), teria chegado ao rio São Francisco, causando sua contaminação.

A ONG realizou monitoramentos em 12 trechos diferentes do rio Paroapeba, entre os dias 8 e 14

de março e afirmaram que a água está imprópria para consumo humano. O estudo levou em consideração a cor da água, que estaria de duas a seis vezes mais escura que o máximo permitido pelas leis ambientais brasileiras.

Segundo a fundação, minérios danosos à saúde humana, como ferro, manganês, cromo e cobre, estão com uma concentração maior do que o limite permitido pela legislação.

A coordenadora do projeto Observando os Rios, da Fun-

dação SOS Mata Atlântica, Romilda Roncatti, falou também dos índices de qualidade de outros rios no país. Ela declarou que “os rios estão por um triz”, seja por agressões geradas por grandes desastres ou por conta dos mau uso da água no dia a dia, decorrentes da falta de saneamento e da ocupação desordenada do solo nas cidades. Ao todo, o projeto realiza a análise da qualidade da água dos rios a partir de 278 pontos de coleta localizados em 17 estados.

Liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens é executada no Pará

Dilma Ferreira da Silva, liderança rural do Assentamento Salvador Allende, na cidade de Tucuruí, no Pará, foi executada na última sexta-feira (22). Seu esposo, Claudionor Costa da Silva e Hilton Lopes foram mortos na residência do casal com requintes de crueldade.

Segundo as informações iniciais, divulgadas pela polícia, as três pessoas foram assassinadas no Assentamento Salvador Allende e as pistas até agora apontam para um grupo de seis homens que, segundo testemunhas, teriam aparecido na área momentos antes do assassinato da líder rural.

Se confirmado que a motivação das mortes foi no contexto de conflitos agrários, esse será o primeiro massacre no campo em 2019, conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) manifestou pesar pelas execuções.

Segundo os relatos, os três foram mortos com requintes de crueldade dentro da casa do casal. As vítimas foram amarradas, amordaçadas e esfaqueadas, segundo as investigações. Degolada, Dilma



foi encontrada em uma cama da residência. Claudionor e Hilton foram encontrados mortos na entrada da casa, onde funcionava um mercadinho, segundo Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup).

A antiga Fazenda Piratininga, hoje Assentamento Salvador Allende, possui um longo histórico de conflitos. O local foi ocupado há 12 anos por mais de 400 famílias

sem-terra. Desde então, até se tornar um assentamento, foram vários ataques de pistoleiros e conflitos com madeireiros.

Em nota, o MAB disse que o assassinato é um “momento triste para a história dos atingidos, que no dia de ontem celebravam o dia internacional da água” e pediu apuração rápida das autoridades, além de medidas de segurança para os atingidos por barragens.

Witzel afasta professor por uso de charge durante aula no Rio

Na última quarta-feira, (20), o governo Wilson Witzel (RJ) afastou o professor Marcos Antônio Tavares da Silva, por ter utilizado uma charge de Jair Bolsonaro e Donald Trump, durante uma atividade em sala de aula.

O professor de português do Liceu de Humanidades de Campos dos Goytacazes-RJ aplicou a atividade aos alunos do 3º ano do Ensino Médio para que interpretassem elementos de ironia e humor. Ele recebeu a notícia de seu afastamento por telefone pela diretora do colégio. Marcos foi afastado por “ordens superiores”.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc) confirmou que o professor foi afastado. De acordo com a secretaria, uma sindicância será instaurada para apurar o caso e o professor ficará afastado das atividades até a conclusão do processo, que não possui prazo para encerramento.

O professor Marcos An-

tônio divulgou carta em que esclarece os fatos e repudia as acusações de “doutinação” dos estudantes. Na carta, que segundo ele também foi encaminhada à Seeduc, o professor aponta que “a charge, de autoria do chargista Victor Teixeira, trata-se de um contexto político amplamente divulgado na mídia do mundo inteiro. Assim, sua análise (contra ou favorável) ficou a critério única e exclusivamente dos alunos, usando para isso, seus próprios argumentos, não havendo assim, DOUTINAÇÃO”.

“Trata-se de uma charge, entregue a tais turmas (3003/3005), material este muito comum nos vestibulares, em todas as disciplinas e com uma carga argumentativa bastante relevante no que concerne ao fato de que ao se depararem com tal tipo de texto, os discentes devem obrigatoriamente estar inseridos nos contextos político, econômico, social e cultural do

mundo que os cerca, habilidades essas cobradas em vestibulares e no ENEM”, pontua o professor afastado.

CENSURA

O afastamento do professor foi condenado por entidades ligadas à Educação. De acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), o “patrulhamento do trabalho Docente fere a liberdade de Cátedra e, por conseguinte a autonomia Pedagógica do Professor, bem como retira dos alunos a oportunidade para desenvolver o senso crítico e a capacidade de conviver com a pluralidade de ideias como exercício da Democracia”.

“Vale ressaltar que quaisquer medidas punitivas ou de sindicância anunciadas pela SEEDUC não encontram objeto na prática docente do Professor supracitado, e são repudiadas por este Sindicato e pela categoria da Educação”, destaca a direção do SEPE - Campos.



Fuzis de Ronnie Lessa abasteceriam diversas facções criminosas

A Polícia Civil investiga a hipótese de Ronnie Lessa, acusado pelo assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, ser também fornecedor de armamento para diferentes organizações criminosas do Rio de Janeiro. De acordo com a polícia, dificilmente uma única organização conseguiria adquirir 117 fuzis, num valor estimado em R\$ 4 milhões.

As investigações apontam que Lessa é dono de peças de armas apreendidas na semana passada, no decorrer da operação Lume, que serviriam para montar 117 fuzis M16. O policial reformado e o ex-PM Elcio Queiroz foram presos durante a operação - ambos acusados de matar a parlamentar carioca e o motorista Anderson Gomes em março do ano passado.

A suspeita foi levantada pelo delegado Marcus Amim, chefe Desarme (delegacia especializada em armas do Rio) que questiona o escoamento das armas apreendidas cujas peças foram feitas em série por fábricas ainda desconhecidas.

A hipótese é que nenhuma organização criminosa tenha sozinho condições de encomendar tantos fuzis de uma só vez - o que aponta para o cenário de que o arsenal seria fornecido para diversas facções de traficantes de drogas e milícias, inclusive rivais, que disputam território entre si. Cada unidade teria, no mercado negro, um valor aproximado de R\$ 30 mil.

O assassino da vereadora Marielle Franco é apontado como um dos membros do chamado Escritório do Crime, grupo de milicianos que atuam como matadores de aluguel no Rio de Janeiro. Além da ligação com milicianos, o MP investiga a relação de Lessa com outras facções criminosas. Dentre elas, o Comando Vermelho.

Reportagem do portal “Antagonista” apontou que Ronnie Lessa foi defendido numa causa cível pelo criminalista Sérgio Alves Teixeira Júnior, advogado de familiares de Fernando Beira-Mar e de outros poderosos integrantes da cúpula do CV.

Sérgio Teixeira tem entre seus principais clientes Luan Medeiros da Costa, filho de Beira-Mar, e Marcos José Monteiro Carneiro (o Periquito), compadre e braço-direito do megatraficante, além de seu filho Maicon Monteiro Carneiro. Ele também advoga para Saulo Oliveira (o Saulo Beira-Mar), considerado uma espécie de sucessor do megatraficante até ser preso em 2017. Em 2004, o advogado foi indiciado por crime de facilitação de fuga do traficante Leandro Aparecido de Jesus Sabino, o DJ.

Há algum tempo, o MP do Rio investiga a parceria de milicianos com traficantes, especialmente no fornecimento de armas e informações privilegiadas - as chamadas “narcomilícias”.

TRÁFICO INTERNACIONAL

A semelhança da inscrição encontrada nas peças de M16 apreendidas na residência de um amigo de Lessa com armas apreendidas em 2017, também levaram a polícia a investigar se o policial reformado tinha ligações com o traficante de armas Frederick Barbieri, conhecido como “Senhor das Armas”. Barbieri foi preso nos Estados Unidos no ano passado, acusado de traficar armas para o Brasil. Um dos 60 fuzis falsificados apreendidos no Aeroporto Internacional Tom Jobim na operação que prendeu o Senhor das Armas também continha a inscrição HK - idêntica à das peças que seriam de Lessa.

Estudantes convocam ato contra censura e em defesa da democracia nas escolas

Por todo o país, estudantes secundaristas e universitários convocam protestos para a próxima quinta-feira, 28 de março contra as políticas de retrocesso na educação, em defesa da paz e da democracia nas escolas.

Os atos estão sendo convocados por entidades estudantis de todas as regiões do país. Em São Paulo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União Municipal dos Estudantes secundaristas (UMES) e a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), convocaram a manifestação na Avenida Paulista a partir das 9 horas.

“Mais do que nunca, precisamos construir o movimento estudantil de todos os setores democráticos e progressistas para fortalecer a organização de jovens e estudantes em torno da defesa de nossa soberania, dos direitos sociais, da educação pública e democracia”, defendem os estudantes.

“Convocamos a juventude, os estudantes secundaristas, universitários e pós-graduandos, jovens trabalhadores, da cultura, da comunicação, das periferias e dos centros para o Ato unificado. Para eles, a violência, as armas e a censura. Para nós, a liberdade, democracia, direito, educação, trabalho e paz!”, conclamam os estudantes.

Índios rejeitam municipalização da saúde indígena

Em protesto contra a extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), povos indígenas realizaram atos em diversas cidades do país, na manhã desta segunda-feira (25). Os manifestantes rejeitam a proposta de municipalização dos serviços de saúde oferecidos às comunidades indígenas.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciou no último dia 20 mudanças na estrutura do Ministério que impactarão diretamente as comunidades indígenas. A proposta pretende acabar com a SESAI e incorporar os serviços destinados às aldeias a uma nova Secretaria Nacional de Atenção Primária.

No Paraná, cerca de 200 indígenas ocuparam a BR-163, na altura do quilômetro 350, em Guairá. A manifestação interditou a ponte Ayrton Senna, sobre o rio Paraná, que liga as cidades de Guairá e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. Os manifestantes reivindicam a presença de jornalistas e do prefeito de Guairá para iniciar um diálogo sobre a questão.

Já na cidade de Porto Velho, Rondônia, 52 povos indígenas reuniram-se em frente ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), no início da manhã.

Segundo Aurélio Tenhari, assessor do DSEI, "a partir do momento que municipalizar a saúde indígena ela vai trazer genocídio aos povos indígenas", uma vez que o município não terá condições para garantir os serviços. "Vai ter gente morrendo", completou Aurélio.

Já em fevereiro representantes das etnias Tapirapé e Carajá, povos que vivem no Mato Grosso e Tocantins, respectivamente, criticavam a proposta em reunião com o subprocurador-geral da República, Antônio Carlos Bigonha, com a coordenadoria da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF) e parlamentares ligados a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

A questão apontada por eles é sobre as condições que faltam ao município para garantir o atendimento às comunidades indígenas. Atualmente os serviços são mantidos por recursos federais a partir de profissionais e recursos específicos.

A principal unidade de saúde em Brasília vinculada à SESAI sofre com a falta de recursos desde que Mandetta assumiu a frente dos trabalhos no Ministério da Saúde. A unidade, que é responsável, dentre outros serviços, por realizar o tratamento de crianças com câncer, não tem recursos para garantir a alimentação nem o pagamento dos salários dos funcionários.

Sem alternativa, o abrigo começou a mandar os pacientes de volta para suas comunidades. Os trabalhos só não foram totalmente paralisados, pois os funcionários continuaram a trabalhar mesmo com atraso nos salários.

"Temos pacientes que estão correndo risco de morte. A comida vai acabar a qualquer hora. Temos crianças que passam por tratamento oncológico e não podem sair de Brasília. Agora estamos removendo os pacientes e familiares, devolvendo para as aldeias e tentando achar outros hospitais", disse Yssô Truká, presidente do CONDISI (Conselho Distrital de Saúde Indígena) de Pernambuco.

Correios anunciam plano que pode atingir até 20 mil postos de trabalho

No aniversário de 50 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), completados na quarta-feira (20), a direção da estatal anunciou processo de reestruturação da empresa que pode levar à demissão de 20% dos trabalhadores da estatal. Hoje com aproximadamente 105 mil empregados, um corte como esse pode atingir cerca de 20 mil postos de trabalho.

Segundo o presidente dos Correios, general Juarez Aparecido de Paula Cunha, o ideal seria chegar a 85 mil empregados.

Na reestruturação, as agências próximas a outros pontos de atendimento tenderão a ser fechadas, seguida de um processo com quatro etapas que visa atingir inicialmente 6 mil empregados.

Num primeiro momento, os trabalhadores das agências a serem fechadas poderão ser realocados a outras áreas da empresa. No segundo passo, será dada a possibilidade de transferência

para outros órgãos públicos. Os que não aderirem à mudança, poderão aderir ao plano de demissão voluntária, numa terceira etapa.

A última etapa visa à extinção de cargos. "Não estamos preocupados com essa redução por enquanto. O mais importante agora é ver quantos elementos são necessários para a atual estrutura e colocar esses elementos no lugar certo", disse o presidente da estatal.

O quadro de funcionários dos Correios já vem sendo reduzido nos últimos anos, seja por planos de demissão voluntária, seja por não repor vagas decorridas. No ano de 2013 eram quase 126 mil trabalhadores, hoje.

Em 2017, a estatal obteve um lucro de R\$ 667 milhões, depois de resultados negativos nos dois anos anteriores. O número de 2018 ainda não foi divulgado, porém tudo indica que o saldo será positivo.

Trabalhadores saem às ruas do país em defesa da Previdência pública

HP/Ernesto Cruz



Em São Paulo, mais de 60 mil pessoas participaram do ato



A deputada Jandira Feghali, líder da Minoria na Câmara, fala aos participantes sobre os passos que estão sendo dados na Câmara para derrotar a proposta de Bolsonaro

Seminário reúne lideranças políticas no Rio contra o desmonte da Previdência

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e a Federação das Mulheres Fluminenses (FMF) realizaram nesta sexta-feira (22), no auditório do Sindifisco, no centro do Rio de Janeiro, o Seminário "Reforma da Previdência: Ruim para todos, pior para as mulheres". O debate fez parte das manifestações do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, e integra a campanha das entidades contra a reforma da Previdência de Bolsonaro.

Participaram como palestrantes do Seminário a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara Federal, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Vilson Romero, representando a Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), Warley Martins, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap) e a deputada Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ).

Na mesa, dirigida por Conceição Cassano, vice-presidente da CMB, participaram ainda, o ex-ministro do Trabalho Brizola Neto, Alexandre Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Mychelle Alves, vice-presidente da Asfoc (Sindicato Nacional dos Funcionários do FioCruz), Helena Piragibe, presidente da União das Mulheres do Brasil (UMB), Elza Serra, presidente da Federação das Mulheres Fluminenses, e Leila Signorelli, presidente da Anfip-RJ.

Jandira Feghali, líder da Minoria na Câmara, criticou a proposta de reforma do governo e deu detalhes de como estão as articulações dentro da Câmara Federal. Ela informou que a oposição está se organizando e ampliando suas bases para derrotar o projeto do governo. Jandira falou das iniciativas já tomadas,

inclusive a reunião com as Centrais Sindicais e demais entidades, que decidiu, entre outras medidas, lançar uma campanha publicitária unitária para esclarecer a população sobre os prejuízos que a proposta do governo trará aos trabalhadores.

A deputada lembrou que são necessários 206 votos para barrar o projeto. A parlamentar acrescentou que Paulo Guedes esteve no Chile e destruiu a Previdência pública daquele país. Ela informou que ele estará na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), convocado por proposta de Alessandro Molon, para responder aos parlamentares. "Já vamos iniciar as cobranças nesse dia", garantiu a deputada. "Nós estamos propondo várias audiências públicas para desmontar os argumentos falsos do governo", disse ela.

A líder da Minoria questionou a concepção de Estado que predomina no governo Bolsonaro. "Que Estado é este? Que país é esse? Temos que pensar sobre isso. Se é um Estado que pensa a desigualdade e o esquema de proteção social. Um Estado que pensa nos seus idosos, ou é um Estado da indigência, do aprofundamento da desigualdade, um Estado que empobrece seus idosos, que exclui as mulheres", indagou Jandira. "Nesta questão da Previdência, nós não queremos marcar posição, nós queremos derrotar o governo", enfatizou.

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição, foi enfático em dizer que o país não aceitará a Reforma da Previdência de Bolsonaro. "Mas", destacou ele, "para não aceitar é preciso conscientizar que essa proposta não é para tirar privilégios, mas sim, em primeiro lugar, para sacrificar as trabalhadoras e os trabalhadores mais sofridos do Brasil". "Em segundo lugar", prosseguiu o parlamentar, "é preciso dizer que há alternativas para fazer resultado fiscal".

"Tem como arrecadar mais sem fazer essa reforma", defendeu. "Imposto sobre grandes fortunas, por exemplo, é uma alternativa". "Dependendo da alíquota que se coloque, pode-se arrecadar em dez anos entre R\$ 400 bi e R\$ 600 bi. Metade dessa dita economia que dizem que vão fazer", afirmou o deputado.

Molon argumentou ainda que "a outra metade se resolve facilmente com a tributação de lucros e dividendos". "Se quiser fazer uma economia ainda maior, basta taxar os juros sobre capital próprio, que só é isento aqui no Brasil e na Estônia", observou. "Se quiser economizar mais ainda, temos que reonerar quem foi desonerado indevidamente". "Os exportadores do agronegócio não pagam tributo, não pagam o INSS como deveriam pagar", denunciou. "Vamos reonerar-los. Tem muitas saídas para arrecadar muito mais do que um trilhão em dez anos. Não precisa tirar do sofrido povo brasileiro", completou o deputado.

O debate foi intenso, com os presentes manifestando uma forte disposição de luta. Uma unidade de opiniões foi sendo constatada durante todo o seminário. Falaram também o presidente da Anfip, Vilson Romero e Alexandre Teixeira, presidente do Sindifisco Nacional.

Teixeira afirmou que "esta proposta de reforma da Previdência que está sendo feita vai acabar com o pouco de seguro social que nós temos nesse país". E indagou: "ela está sendo feita em benefício de quem? Os únicos beneficiados com essa proposta serão os banqueiros", salientou. "Nós temos o compromisso de impedir que isso aconteça", acrescentou o sindicalista.

Após o Seminário, os participantes saíram em passeata e se somaram ao ato público das Centrais na Candelária. **Leia a íntegra da matéria no site.**

Atos convocados pelas Centrais Sindicais e movimentos populares repudiaram proposta que quer privatizar o sistema previdenciário

As manifestações do Dia Nacional em Defesa da Previdência Pública, convocadas pelas Centrais Sindicais (CTB, Força Sindical, CGTB, CUT, CSP-Confed, Nova Central e Intersindical), entidades e organizações populares, tomaram as ruas de diversas capitais e cidades do interior do Brasil, na última sexta-feira (22), contra a proposta de reforma da Previdência Social.

Nas ruas ou assembleias, nas portas de fábricas, o movimento alertou que através da Proposta de Emenda Constitucional PEC 06/2019, Bolsonaro e seu ministro da Fazenda, Paulo Guedes, querem entregar as aposentadorias de todos aqueles que não trabalham neste País para aqueles que não trabalham enriquecerem ainda mais.

Em São Paulo, as manifestações iniciaram na madrugada de quinta-feira. Motoristas da capital realizaram protestos e paralisações, com atraso na saída dos ônibus das garagens. Trabalhadores também realizaram assembleias e manifestações nas portas das fábricas durante a manhã e no final do dia juntaram-se ao ato na Av. Paulista. Segundo os organizadores, mais de 60 mil pessoas participaram do ato.

Os cartazes e faixas trazidos pelos manifestantes criticavam diversos itens da PEC 06/2019. Um dos pontos da proposta é a regra que estabelece uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres, com 20 anos de contribuição para estes se aposentarem com até um salário mínimo. De acordo com este ponto da proposta os brasileiros que ganham acima de um salário mínimo precisarão contribuir por 40 anos para conseguir se aposentar com 100% do salário, cujo teto hoje é de R\$ 5.839.

"Nós, que passamos a madrugada e o dia todo realizando atos nas portas das fábricas e nas ruas desse país, caminhamos e ganhamos força para barrar essa reforma que tem por objetivo privatizar o sistema previdenciário", afirmou o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nivaldo Santana.

Ubiraci Dantas, presidente da CGTB, destacou que "não há déficit na Previdência e sim roubo. O que eles querem mesmo é implantar a capitalização, é entregar os aposentados para o capital financeiro", disse Bira.

Na região metropolitana de São Paulo, metalúrgicos também protestaram. Cerca de 5 mil pessoas participaram de uma passeata contra a reforma em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Em Guarulhos, os metalúrgicos também fizeram protestos nas portas das fábricas, reunindo cerca de 2 mil trabalhadores. O presidente do Sindicato DOS Metalúrgicos de Guarulhos e Região, José Pereira dos Santos, esteve nas empresas e alertou os trabalhadores sobre as maldades da reforma previdenciária que Bolsonaro.

RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro os manifestantes saíram da Candelária e ocuparam vias importantes do Centro da cidade. A Avenida Presidente Vargas ficou totalmente interditada entre a Avenida Rio Branco e a Rua Primeiro de Março.

Mulheres cantavam e carregavam uma faixa que dizia: "Não ao desmonte da Previdência - Nenhum Direito a Menos Para as Mulheres". Além de apontar que as mulheres serão as mais afetadas com a reforma, os manifestantes criticaram o rebaixamento da pensão dos idosos que têm renda familiar até ¼ do salário mínimo para R\$ 400.

"Não a reforma da Previdência. Bolsonaro mente para a sociedade dizendo que está combatendo privilégios, mas essa reforma retira direitos da Constituição brasileira, sequestra o sistema previdenciário da Nação, leva para a lógica de mercado, isto é, para os bancos privados, o direito da grande maioria do povo pobre destes país", denunciou a líder da Minoria na Câmara dos Deputados, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que participou do ato.

O movimento também criticou a imposição de uma idade mínima de 60 anos para agricultores e agricultoras e uma contribuição anual de R\$ 600 para estes se aposentarem. Essa proposta "inviabiliza o acesso aos direitos previdenciários daqueles que já ganham o mínimo para sobreviver", afirmou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que realizou atos com agricultores contra a reforma.



Petroleiros e rodoviários participaram da manifestação

Salvador: manifestantes em passeata repudiam ataques à aposentadoria

Rodoviários, petroleiros e professores, entre outras categorias de trabalhadores, realizaram uma passeata na manhã desta sexta-feira (22), em Salvador, contra a reforma da Previdência. O protesto faz parte do Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, convocado pelas centrais sindicais.

Os rodoviários da capital aderiram à passeata e deixaram de circular. Por volta das 9h40, os manifestantes ocuparam o viaduto da região da Rótula do Abacaxi e saíram em caminhada em direção ao Shopping da Bahia, um trajeto de cerca de 2,5 km. A cerca de 2 Km do Shopping

da Bahia, no bairro do Itaigara, petroleiros liderados pelo Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro) saíram em caminhada da sede da Petrobrás e se juntaram também ao protesto.

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB-BA), Delsuc Machado, ressalta um indicativo de greve das categorias em junho.

"O projeto de reforma só trará prejuízo para os trabalhadores. Trabalhar 40 anos para se aposentar é surreal. O protesto de hoje buscou construir a greve geral, que deve ocorrer de mês de junho", comentou.

EUA/Otan violou a Carta da ONU ao bombardear alvos civis na Iugoslávia



Trem de passageiros e ponte destruídos na agressão norte-americana

Em boca de urna para Netanyahu, Trump apoia a anexação do Golan sírio por Israel

A três semanas das eleições gerais israelenses, Trump afronta a ONU e até o mínimo de decência que ainda havia na política externa dos EUA com relação ao Oriente Médio e declara que “chegou a hora dos Estados Unidos reconhecerem a soberania de Israel sobre o Planalto do Golan”, para, logo a seguir, no dia 25, ao lado do premiê israelense, assinar decreto “reconhecendo” a usurpação.

O Golan é uma região síria que foi invadida e ocupada por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Desde o momento do cessar-fogo naquela guerra que a ONU, passou a exigir, que Israel retorne o planalto do Golan à Síria, o Sinai ao Egito e os territórios palestinos ocupados a seus donos ancestrais; o povo palestino. A península de Sinai retornou ao Egito em 1979; Israel se retirou de parte dos territórios palestinos depois dos Acordos de Oslo, firmados por Rabin e Arafat em 1993, mas os territórios usurpados à Síria permanecem sob ocupação de Israel, à exceção da cidade de Quneitra que foi devolvida à Síria totalmente destruída em 1974.

Em 1987 o governo de Israel (sob a direção de um dos líderes do terrorismo que levou à limpeza étnica da Palestina, Menachem Begin) baixou uma “lei” anexando o Golan, o que foi imediatamente condenado pela ONU. Nem mesmo Reagan, então presidente dos EUA conseguiu engolir a atitude israelense e inclusive os Estados Unidos votaram contra a anexação.

A afirmação absurda de Trump está dentro de um contexto em que ele e seus assessores estão tentando, de todo jeito, evitar uma derrota do parceiro de sua política de dominação e rapina no Oriente Médio, o premiê israelense Bibi Netanyahu.

Acontece que o primeiro-ministro está envolvido

até o pescoço em pelo menos quatro armações que lhe renderam propinas, com comprovações já atestadas pelo procurador-geral Mandelblit e Trump parece disposto ao que for para salvá-lo do naufrágio. A eleição dele para o cargo é a única forma que lhe resta para escapar do julgamento e condenação à cadeia.

Enquanto isso, Netanyahu tem feito, como nenhum de seus antecessores, o jogo dos inquilinos da Casa Branca, seja ameaçando atacar o Irã, seja atacando a Síria que vence a maior articulação de terroristas financiada pela CIA para de por o governo independente de Bashar Al Assad, ou ainda através da aproximação e troca de gentilezas com os regimes mais retrógrados e – não por acaso principais aliados dos EUA na região – Arábia Saudita, Qatar e Emirados Árabes.

Tudo isso enquanto o regime que Netanyahu dirige se nega a qualquer tipo de solução que permita a convivência pacífica e construtiva entre judeus e palestinos, com a retirada total dos territórios palestinos ocupados em 1967, com o desmantelamento dos assentamentos judaicos construídos sobre terras assaltadas aos palestinos.

Quando Trump dá tal declaração apoiando o anexionismo israelense de terras árabes, sinaliza ao eleitorado direitista que deve votar nele.

Não é o primeiro gesto de apoio escancarado a Netanyahu, uma intervenção explícita nas eleições de Israel, onde – pelas pesquisas – a maioria do eleitorado inclina-se a tirá-lo do poder. Foi neste sentido que, em março do ano passado, Trump anunciou o deslocamento da embaixada dos Estados Unidos para Jerusalém, também contrariando as resoluções da ONU, pois todos os países a ela filiados não a reconhecem como capital de Israel enquanto suas tropas

ocupem a parte oriental e árabe de Jerusalém e, o que é mais grave, a pretendam anexar.

No dia 22, o representante da Síria na ONU, Bashar al-Jaafari, encontrou-se com o secretário-geral da ONU, António Guterres, trazendo-lhe a posição de Damasco sobre o a atitude de Trump e afirmando que “o governo dos Estados Unidos não tem qualquer direito ou autoridade para decidir o destino do Golan sírio ocupado”.

“Esta medida é um ato ilegítimo e uma ruptura das obrigações dos Estados Unidos para com a Carta da ONU e as leis internacionais”.

Jaafari acrescentou que “a ONU já afirmou através de diferentes e relevantes resoluções, tanto pela Assembleia Geral, como pelo Conselho de Segurança, que o Golan é terra síria ocupada e que quaisquer medidas tomadas pela ocupação israelense são nulas e vazias e não têm nenhum efeito legal”.

O secretário-geral afirmou que a posição da ONU e a sua, pessoal, são firmes e bem conhecidas e baseadas nas resoluções da legitimidade internacional que estipula de forma expressa que o Golan é terra síria árabe ocupada, segundo informa a agência síria de notícias SANA.

A Rússia, através do Ministério do Exterior, afirmou que a declaração de Trump só contribui para desestabilizar ainda mais a região.

A União Europeia expressou que sua posição sobre a questão do Golan está inalterada e a Alemanha considera que qualquer mudança deve vir através de negociações entre os envolvidos.

A Liga Árabe também rejeitou a afirmação de Trump, “um gesto muito contrário à Lei Internacional” e o presidente turco, Erdogan, repudiou “o comunicado infeliz de Trump que coloca a região à beira de nova crise”.



Federação Nacional Camponesa convocou ato Paraguaiois marcham contra a fome e por uma “Reforma Agrária necessária e urgente”

Com o lema “Reforma agrária, urgente e necessária”, milhares de agricultores e indígenas paraguaiois se concentraram na capital, Assunção, ao longo da semana, para exigir do presidente Mario Abdo Benítez justiça no modelo produtivo agrário, com a redistribuição equitativa da terra e o fim da violência e dos despejos arbitrários no campo.

“Estamos aqui para lembrar que nosso país ocupa o primeiro lugar no mundo em desigualdade na distribuição de terra e que esta injustiça se agrava e se amplia a cada dia”, denunciou a dirigente da Federação Nacional Camponesa (FNC), Sonia Acevedo, frisando que os grandes latifundiários, paraguaiois e estrangeiros, contam com todas as benesses do governo, que age como um serviço. Acevedo recordou que um informe da Oxfam publicado em 2017 revelou que 90% das terras cultivadas do Paraguai estão nas mãos de apenas 5% dos proprietários e que esta concentração se amplia a cada ano.

Segundo a ONU, 94% dessas terras são direcionadas à produção de alimentos para exportação – abastecendo 60 milhões de pessoas –, ao mesmo tempo em que mais de 700 mil dos 6,8 milhões de paraguaiois passam fome.

CONTAMINA, DESFLORESTA E EXPULSA

Para o secretário-geral adjunto da FNC, Marcial Gomes, “o modelo agroexportador cada vez mais contamina, desfloresta e expulsa camponeses e indígenas, não deixando praticamente nada para o país”.

“Produzimos alimentos e isso tem que ser potencializado e impulsionado, o Paraguai precisa gerar recursos para que possa se industrializar, precisamos de investimentos para nos desenvolver”, enfatizou. A presença na Praça Uruguaya, no centro de Assunção, após vários dias de marcha, acrescentou, é para fazer com que o tema deixe de ficar encoberto “pelos que querem que nada mude”, transformando centenas de milhares de hectares de florestas em desertos de soja.

Houve enfrentamento nas proximidades do Congresso, quinta-feira, quando lideranças da comunidade ‘Takuara’i, no município paraguaio de Corpus Christi, próximo à cidade brasileira de Sete Quedas (MS), decidiram protestar contra a responsável de Assuntos Indígenas do Senado, que “prolonga uma conversa há meses sem dar qualquer resposta”.

Os 300 indígenas de Takuara’i são a prova viva de que a expulsão forçada, via de regra à bala, continua. Eles foram expulsos de suas terras “sob a mira de armas de fogo” por pistoleiros contratados por um fazendeiro de soja brasileiro. “Torturaram idosos e crianças, mataram galinhas e cachorros. Não ficou ninguém. Tivemos um estudante de Antropologia, Isidoro Barrios, de 27 anos, morto diante de toda a família”, denunciou Derlis Lopes, liderança da comunidade.

Apesar disso, sem qualquer diálogo, parlamentares ligados ao governo acionaram militares e policiais, que não economizaram na brutalidade e lançaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes, entre eles mulheres e crianças.

Feroz defensor dos sojeiros, em particular, o ministro do Interior, Juan Ernesto Villamayor, disse que se opunha ao “uso sistemático da violência” como método de reivindicação e que era uma “barbaridade” a presença de crianças nos protestos.

MULTINACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

Membro da Sociedade de Economia Política do Paraguai, Idilio Grimaldi lembra que com a proteção do Congresso, a quem dominam, multinacionais do agronegócio como Monsanto, Cargill, Syngenta, Dow e Basf “praticamente não pagam impostos”.

“A carga tributária do Paraguai é de apenas 13% do PIB. 60% do imposto arrecadado pelo estado paraguaio é o IVA, Imposto sobre Valor Agregado. Os latifundiários não pagam impostos. O imposto imobiliário representa apenas 0,04% da arrecadação tributária, ainda que o agronegócio produza cerca de 30% do PIB”, esclarece o pesquisador, frisando que 94% das terras cultiváveis são destinadas à exportação.

Na área urbana, que concentra 4.124.616 habitantes, 904.763 são pobres (21,94% da população), enquanto dos 2.169.792 da área rural, 1.044.509 são pobres (39,72%). Das 387.242 pessoas mergulhadas na pobreza extrema (5,73% da população), 67.173 (1,63%) estão na cidade e 320.069 (12,17%) no campo.

“Na população rural a pobreza é mais extensa, tanto em incidência como em quantidade absoluta”, destaca Maria Elizabeth Barrios, da Direção Geral de Estatística, Pesquisa e Censos (Dgeec).

Sem saída para o mar, o Paraguai tem sua economia baseada no monocultivo de grande extensão, especialmente de soja, sua principal fonte de divisas. O país é o quarto maior exportador do mundo de oleaginosas. Imensa fonte de água doce, é sócio do Brasil e da Argentina – com duas grandes represas hidrelétricas, a de Itaipu e a de Yaciretá – e detentor de parte do Aquífero Guarani.

Militante da FNC, Cesar Ramos declarou que a pressão tende a aumentar, pois o presidente é um fantoche: “Marito atende unicamente aos grandes empresários, ao agronegócio, nunca ao camponês, reprimindo o povo e impedindo o desenvolvimento nacional”.

O pai de “Marito” – de mesmo nome – foi secretário particular do general Alfredo Stroessner, que comandou entre 1954 e 1989 no Paraguai a mais longa ditadura da América do Sul, sendo responsável por milhares de casos de torturas, desaparecimentos e assassinatos. Condenado por crimes contra a Humanidade, Stroessner foi recentemente qualificado como “estadista” por Jair Bolsonaro.

LEONARDO WEXELL SEVERO

Há 20 anos, em 24 de março de 1999, Washington usou a Otan no bombardeio a trem, escolas, hospitais, asilos de idosos e fábricas com objetivo de esquarterar Iugoslávia

Há vinte anos, os EUA iniciaram o bombardeio da Iugoslávia, através da Otan, em violação à Carta da ONU, às leis internacionais e aos Princípios de Nuremberg, no dia 24 de março de 1999, operação que durou 78 dias, assassinando milhares de civis e ferindo dezenas de milhares, e que destruiu escolas, jardins de infância, hospitais, asilos de idosos, pontes, fábricas, refinarias de petróleo, a rede elétrica, um trem de passageiros, a sede da Cruz Vermelha em Pristina, a sede da TV iugoslava e até a embaixada da China em Belgrado.

O ataque culminou a campanha imperialista para esquarterar a Iugoslávia, que depois seria completada com golpe de estado e prisão do líder da resistência, o presidente Slobodan Milosevic, levado para o Tribunal fantoche da Otan na Holanda. Onde acabou morrendo em 2006 – por envenenamento ou enfarte –, após encabeçar a própria defesa e desmascarar a agressão contra os iugoslavos. No ano passado, Milosevic foi inocentado pelo próprio tribunal da principal acusação, a de genocídio.

A agressão à Iugoslávia serviu para testar o formato de invasão que depois seria estendido ao Iraque, Afeganistão e outros países, que resultou na morte de mais de um milhão de civis nos anos seguintes: à revelia do Conselho de Segurança, sem mandato da ONU, formando a ‘coalizão dos dispostos’, sempre em nome de ‘causas humanitárias’, até quando não havia como esconder o assalto ao petróleo, e fazendo uso de mentiras escabrosas.

Em abril-maio, até mesmo aqueles que supostamente estariam sendo ‘protegidos’ pela Otan foram bombardeados, matando centenas e destruindo inclusive a sede da Cruz Vermelha em Pristina – indistigável crime de guerra.

Centenas de milhares de iugoslavos ficaram sem meios de subsistência, sem abrigo e até sem acesso a água potável. Nos bombardeios, os EUA usaram bombas de urânio depletado, cuja consequência é que até hoje o percentual de crianças sérvias diagnosticadas com câncer é três vezes maior que a média europeia. O prejuízo para a economia iugoslava foi de cerca de US\$ 30 bilhões; as 14 maiores empresas do país foram devastadas.

Conforme o chanceler russo, Serguei Lavrov, o que aconteceu em 1999 “continua ecoando no mundo até hoje”. “Foi o começo da substituição do direito internacional pela ‘ordem’ baseada em algumas regras arbitrárias, ou melhor, no direito dos fortes”.

“A operação [de bombardeio da Iugoslávia] foi realizada com violações grosseiras de todos os princípios do direito internacional humanitário, porque eles bombardearam objetos puramente civis”, assinalou o chefe da diplomacia russa.

Em 1999, a intervenção estrangeira já havia imposto a redução da Iugoslávia à Sérvia e Montenegro, depois da separação da Eslovênia e da Croácia, a que se seguiu a guerra civil na Bósnia. Enquanto Washington dizia que a separação das duas primeiras se devia a serem ‘etnias diferentes’, no caso da Bósnia, ao contrário, o que tinha que ser mantido era a ‘diversidade’ e por isso os sérvios-bósnios não podiam se unir à Iugoslávia. Em 1995, acordo que criou uma Bósnia federada encerrou a luta.

Então, a intervenção se dirigiu sobre Kosovo, província de maioria albanesa, mas berço histórico da nação iugoslava, com o autodenominado ‘Exército de Libertação de Kosovo’, de vínculos com a Al Qaeda, traficantes albaneses e expertise dos serviços secretos americanos – receita depois repetida na Líbia e na Síria.

Os violentos ataques a civis sérvios forçaram Belgrado a enviar forças de segurança para proteger os cidadãos e até um armistício foi tentado. No início de 1999, a polícia teve de voltar a coibir os extremistas.

O pretexto para o bombardeio foi criado com uma provocação executada pelos terroristas do ELK em janeiro, o chamado ‘incidente de Racak’, que prontamente recebeu a bênção do representante dos EUA na Organização pela Cooperação e Segurança Europeia, William Walker. Apesar de legistas russos, bielorrussos e finlandeses terem encontrado traços de pólvora nas mãos dos “civis” supostamente “executados”, o que mostrava que as mortes haviam sido em combate e não como Washington acusava.

“O fato de ser uma provocação é conhecido há muito tempo. Isto foi repetidamente dito, escrito e citado provas. Os civis supostamente mortos eram, na verdade, militares, militantes do Exército de Libertação do Kosovo, que estavam simplesmente vestidos com trajes civis. Há muito se sabe que isso era uma ‘encenação’”, reiterou Lavrov.

“Infelizmente, o então chefe da missão da OSCE, o americano Walker, organizou essa provocação e, tendo chegado ao local e encontrado cadáveres que, como eu disse, estavam bem vestidos em trajes civis, ali mesmo declarou que um ato de genocídio havia ocorrido”.

Na sequência, Washington deu um ultimato a Belgrado, que consistia em entregar Kosovo, privatizar a economia iugoslava e autorizar a ocupação do país por tropas da Otan, o que Milosevic rechaçou. No dia 24, começaram os bombardeios, que serviram também para testar os novos mísseis teleguiados por satélite.

ONU REJEITA ATAQUE

“Os americanos já haviam decidido [pelo ataque] há muito tempo e tentaram ‘legitimá-lo’ pelo Conselho de Segurança da ONU. Sem conseguir, partiram para a agressão unilateral contra um Estado soberano em violação da Carta da ONU, dos princípios da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e de toda a ordem mundial criada com base na Segunda Guerra Mundial”, destacou Lavrov.

Os EUA também escolheram como data de início do ataque à Iugoslávia o dia em que o então primeiro-ministro Yevgeny Primakov estava a caminho de Washington para conversações. Primakov mandou o avião dar meia volta e retornou à Rússia, encerrando os anos de enlevo do bebem Yeltsin com Washington.

Mais adiante, a destruição da embaixada da China em Belgrado – um crime inominável e cínico – estimulou o que se tornou a retomada, em novas bases, das relações estratégicas entre Moscou e Pequim.

Nos EUA, o sanguinário ataque à Iugoslávia também uniu o útil – a pilhagem ao leste europeu – com o agradável, já que servia para desviar internamente a pressão dos republicanos pelo impeachment de Bill Clinton, sob o escândalo do caso com uma estagiária.

Até hoje Kosovo está ocupado pela Otan e os EUA criaram ali uma enorme base, Camp Bondsteel, a maior do mundo fora do território norte-americano. Sob o guarda-chuva dos ataques aéreos, o ELK, entre outros crimes, traficou órgãos humanos e expulsou da província 120 mil ciganos e dezenas de milhares de sérvios. A intervenção abriu a caixa de Pandora na Europa, ao mexer nas fronteiras estabelecidas ao final da II Guerra Mundial, e com os Bálcãs de volta à condição de barril de pólvora, à espera de uma faísca.

ANTONIO PIMENTA

Indonésia cancela pedido de 49 aviões B-737 Max 8

A empresa aérea indonésia Garuda divulgou na sexta-feira (22) sua decisão de cancelar a encomenda de 49 unidades do modelo Boeing 737 MAX 8, após os dois acidentes com este modelo em apenas cinco meses. O cancelamento está sendo noticiado como o primeiro entre os contratos de compra do 737 Max firmados com a Boeing.

“Enviamos uma carta à Boeing solicitando a anulação do pedido”, declarou Ikhsan Rosan, porta-voz da companhia nacional da Indonésia, que aguarda a resposta do grupo americano. “O motivo é que os passageiros da Garuda perderam a confiança e já não querem voar no Max”.

Garuda já possui um 737 MAX 8, o primeiro de um pedido de 50 aviões, totalizando 4,9 bilhões de dólares. A companhia também negocia com a Boeing a devolução do único exemplar que recebeu, pelo qual já pagou 26 milhões de dólares, e analisa a troca por outro modelo.

“A princípio não queremos substituir a Boeing, mas consideramos a opção por outro modelo” da companhia, disse ao jornal Detik o diretor da Garuda Indonésia, Gusti Ngurah Askhara Danadiputra.

Outra companhia indonésia, a Lion Air, anunciou este mês o adiamento da recepção de quatro novos Boeing 737 MAX 8, sem mencionar ainda uma anulação.

O acidente do avião B-737 MAX 8 da Ethiopian Airlines, que deixou 157 mortos, foi o segundo em menos de cinco meses deste tipo de avião. Em outubro, uma aeronave da Lion Air caiu na costa da Indonésia e provocou a morte das 189 pessoas a bordo. Com isso, o principal modelo de avião da Boeing já provocou a morte de 346 pessoas.

Por causa da repercussão de dois acidentes parecidos em pouco tempo, companhias aéreas e autoridades de aviação em mais de 50 países suspenderam operações com aeronaves do modelo. Em seguida, a própria Boeing solicitou que aviões 737 MAX 8 e 737 MAX 9 não levantassem voo.

As semelhanças entre os dois acidentes levaram as agências que regulamentam a aviação internacional a proibir o voo deste modelo de aeronave, à espera de mais informações sobre as causas dos acidentes.

Investigações iniciais feitas nos Estados Unidos indicam que os aviões dos acidentes na Etiópia e na Indonésia podem ter caído devido a problemas no sistema de sustentação das aeronaves. A caixa preta da aeronave da Ethiopian está em análise na França e as primeiras informações também confirmam essa informação.

União Europeia pune Google com multa de US\$ 1,69 bilhão por concorrência desleal e ilegal

O gigante estadunidense Google foi novamente multado nesta quarta-feira (20) pela Comissão Europeia em US\$ 1,69 bilhão (1,49 bilhão de euros) por violar as normas anti-monopolistas ao fazer “uso indevido e ilegal de sua posição dominante no mercado de intermediação de anúncios de busca”. O valor representa 1,29% do volume de negócios da transnacional em 2018 e a Comissão anunciou ter tomado a decisão diante da duração e da gravidade da infração cometida.

Conforme esclareceu a Comissária Europeia para Concorrência, Margrethe Vestager, “o Google tem abusado e cimentado este domínio com cláusulas restritivas em contratos com sites de terceiros, evitando que os rivais possam competir e impedindo que os rivais do Google colocassem seus anúncios de busca nesses sites”. Desta forma, acabava abocanhando as publicidades “mais importantes comercialmente” através de acordos acertados de forma individual.

Com tais práticas, “por meio das quais se protege da pressão competitiva”, esclareceu Vestager, “não é possível para os concorrentes, como Microsoft e Yahoo, venderem espaço publicitário nas próprias páginas de resultados de mecanismos de busca do Google”.

“Essa má conduta perdurou durante os últimos dez anos e tirou de outras empresas a possibilidade de competir no mesmo nível e de inovar”, destacou Vestager, lembrando que as três multas aplicadas na empresa que lideram o ranking das maiores ações antitruste já impostas pela UE somam o valor de € 8,2 bilhões (US\$ 9,3 bilhões).

Esta é a terceira rodada de multas pesadas da União Europeia contra o Google, que

está recorrendo das duas últimas. Em junho de 2017, a Comissão penalizou a empresa com € 2,42 bilhões por ter oferecido uma “vantagem ilegal” a seu próprio serviço de comparação de preços. Em julho de 2018, com valor recorde de € 4,34 bilhões, a empresa foi multada por fortalecer ilegalmente seu domínio de motor de busca – o Google Search e o Chrome – nos dispositivos móveis Android.

Segundo a Comissão, durante mais de 12 anos o Google tem sido a empresa mais forte na intermediação de anúncios de busca na Área Econômica Europeia (AEE), controlando sempre acima de 70% do “mercado” entre 2006 a 2016.

A Comissão comprovou a sequência de favorecimentos irregulares quando revisou centenas desses “acordos”. Inicialmente, o Google determinava exclusividade e proibia que os publicitários colocassem anúncios em eventuais concorrentes. O passo seguinte era fazer com que o Google reservasse “os espaços mais rentáveis” para uma quantidade mínima de anúncios para si.

Também foi descoberto que o monopólio estadunidense obrigava o anunciante a “buscar uma aprovação por escrito do Google antes de fazer mudanças na maneira em que apresentasse qualquer anúncio de um rival”, o que significa que “podia controlar quão atrativos, e por isso visitados, os anúncios de busca”.

Em julho de 2016, a Comissão enviou uma carta de advertência criticando a companhia norte-americana por impedir que os sites de internet de terceiros mostrassem os anúncios de busca de seus concorrentes. Na época, frente ao protesto, o Google “cessou as práticas ilegais uns meses depois”. L.W.S.

Monsanto-Bayer é condenada por causar câncer com seu Roundup



Organização Mundial da Saúde: o pesticida da Monsanto-Bayer é cancerígeno

Itália adere à iniciativa da China para ampliar comércio bilateral

Neste sábado (23) a Itália formaliza sua adesão ao projeto da nova Rota da Seda, a chamada iniciativa chinesa Iniciativa do Cinturão e Estrada (BRI, na sigla em inglês), como ponto alto da visita de dois dias do presidente Xi Jinping a Roma. É o primeiro país do G7 – o grupo das maiores economias capitalistas – a ingressar no projeto.

Recepcionado no Palácio Quirinale pelo presidente italiano, Sergio Mattarella, na sexta-feira, Xi pediu que os dois lados intensificassem a cooperação prática e os esforços conjuntos para construir a nova Rota da Seda, a milenar rota que o veneziano Marco Polo celebrou no século XIII e através da qual as maiores civilizações da Antiguidade interagiam e comerciavam. A Rota da Seda tinha início na China e terminava em Veneza.

Xi asseverou a disposição da China de aumentar a importação de produtos italianos e ampliar os investimentos chineses na Itália. Matarella assinalou que a Iniciativa facilitará a interconexão e o desenvolvimento comum da Eurásia, através do rejuvenescimento da antiga Rota da Seda. A última visita de um presidente chinês à Itália havia sido há

dez anos, com Hu Jintao. No ano passado, o atual vice-primeiro-ministro, Luigi Di Maio, visitou Pequim.

Em 2018, o volume de comércio bilateral chegou a US\$ 54,23 bilhões e o investimento bilateral entre a China e a Itália ultrapassou US\$ 20 bilhões, segundo dados do Ministério de Relações Exteriores da China. Um desses investimentos é a expansão e modernização do porto de Vado Ligure, perto de Genova.

Como de costume, o Partido Americano – sempre muito atuante em um país em que há 13 mil soldados norte-americanos e enormes bases dos EUA – chiu contra o que chama de entrada de um cavalo de Troia no coração do mundo ocidental.

O próprio ex-guru e ex-chefe de campanha de Trump, Steve Bannon, que está em Roma, disse na véspera da chegada de Xi que este “não está aqui para montar um porto no Mediterrâneo, mas porque tem uma estratégia voraz para dominar o mundo. Eles querem isso”.

Com a Itália em recessão e estagnação na zona do euro, o governo italiano está buscando alternativas, e a nova Rota da Seda é uma

das mais importantes no momento. Antes da Itália, Portugal assinou o Memorando de Intenção para fazer parte da iniciativa, no ano passado.

Outro fator positivo para a intensificação das relações Itália-China é o recente acordo entre o Vaticano e Pequim, que normalizou as relações da China com a Igreja Católica, depois de 70 anos de impasse.

Em uma entrevista ao Guardian, Manlio Di Stefano, subsecretário do Ministério de Relações Exteriores italiano e membro do Movimento 5 Estrelas (M5S), considerou “um tanto hipócritas” os alertas em relação à nova Rota da Seda por parte de “muitos países da UE que já têm grandes acordos comerciais com a China”.

Wang Huiyao, fundador e presidente do Centro para a China e Globalização, disse ao Global Times que a decisão da Itália de se tornar o primeiro país do G7 a endossar o BRI exercerá uma influência positiva. Assim como ocorreu com a decisão do Reino Unido de se tornar o primeiro país do G7 a ingressar no Banco de Investimento em Infraestrutura da Ásia (AIIB) em 2015.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Battisti confessa os quatro assassinatos

Depois de passar em fuga quase quarenta anos, sempre se dizendo inocente e vítima de perseguição, o italiano Cesare Battisti confessou, em depoimento no fim de semana no presidio de Oristano ao procurador Alberto Nobili, os quatro assassinatos pelos quais fora sentenciado à prisão perpétua em 1993 e ainda admitiu participação no ferimento de outras três vítimas. “Eu nunca fui vítima de injustiça e zombei de todos que me ajudaram”, acrescentou o condenado italiano, se referindo àqueles que foram manipulados por suas alegações de inocência.

Capturado na Bolívia após ter seu asilo cancelado no Brasil e sua prisão pedida, Battisti foi extraditado para a Itália, onde se encontra desde janeiro. O depoimento durou nove horas e foi acompanhado por seu advogado Davide Steccanella.

A tardia confissão de Battisti causou enorme repercussão na Itália e foi noticiada pelos principais jornais do país. “Pareceu-me testemunhar uma espécie de rito libertador”, disse o chefe do grupo antiterrorista do Tribunal de Milão.

Em entrevista em 2014 ao programa Diálogos, de Mario Sergio Conti, na GloboNews, ele asseverou que nunca matou ninguém. Jurava ser vítima de perseguição, condenado à revelia com base em uma delação premiada firmada por um ex-integrante.

Battisti fez parte, na década de 1970, daqueles grupos de filhinhos de papai desajustados, que em plena vigência do regime democrático na Itália, e na iminência de se realizar a convergência do setor mais avançado da Democracia Cristã com os comunistas do PCI para um governo progressista e antimonopolista, fizeram o jogo dos neofascistas e dos imperialistas, conscientes ou inconscientemente, cometendo atentados e outros crimes, o pior deles o sequestro e assassinato em 1978 do primeiro-ministro Aldo Moro, o que inviabilizou o chamado “acordo histórico”.

O grupelho em que Battisti se alistou era um tal de ‘Proletários Armados Comunistas’ – que, claro, não eram proletários e, menos ainda, comunistas. Apenas joguetes, em uma década em que os EUA estavam em profunda crise, o movimento de massas irrompia no mundo inteiro e ditaduras iam ao chão.

Segundo Nobili, Battisti lhe disse “perceber agora” o mal que fez, o que o leva agora a “pedir desculpas às famílias das vítimas”. “Estou na prisão, estou condenado à prisão perpétua e aproveito para fazer uma certa revisão”, acrescentou.

Battisti prova “um forte constrangimento e percebeu que ele havia contribuído para criar uma

imagem de si mesmo que era absolutamente negativa por sua maneira zombeteira em que ele se propôs em entrevistas”, disse o procurador.

Conforme Nobili, Battisti revelou ter ele próprio disparado contra duas das vítimas e participado, dando cobertura, em mais dois assassinatos. Sempre figuras menores, um guarda carcerário, um agente de polícia (pelas costas), um açougueiro neofascista e um joalheiro de Milão (neste, o filho do joalheiro ficou paraplégico).

A grande admissão de Battisti foi, como assinalou o jornal La Stampa, o julgamento histórico sobre os anos de chumbo: “A luta armada esmagou o desenvolvimento do movimento de 68, que teria levado a um progresso real social e político da sociedade italiana”. “Naqueles anos”, ele relatou aos magistrados, “achei que era uma guerra justa, mesmo que agora pareça loucura para mim”.

Quando a supostos cúmplices, Battisti se manteve calado, com a procuradoria registrando que ele “não cooperou de forma alguma com a investigação de Milão sobre a rede de possíveis apoiadores”. Seu advogado acrescentou que ele “falou exclusivamente de si mesmo e tudo ocorreu em um clima de máxima correção e transparência em relação aos respectivos papéis, sem objetivos diferentes”.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Esta é a segunda condenação do conglomerado e abre precedente para outros 11 mil processos movidos contra o herbicida por danos à saúde

Na segunda sentença contra a Monsanto/Bayer e o pesticida Roundup em menos de um ano, um júri federal em San Francisco, EUA, considerou o produto, cujo princípio ativo é o glifosato, “fator substancial” no câncer de Edwin Hardeman, de 70 anos, que sofre de linfoma não-Hodgkin. O julgamento está prosseguindo em uma segunda fase para deliberar sobre a responsabilidade da Monsanto/Bayer.

A decisão pode abrir precedentes para mais milhares de processos nos EUA de pessoas que sofrem de câncer após manusearem durante anos o Roundup. Já há mais de 11 mil processos contra a Monsanto/Bayer por essa razão. A Bayer, gigante alemã da indústria farmacêutica e química adquiriu a Monsanto em julho de 2018 por US\$ 66 bilhões e, junto, a péssima reputação e os milhares de processos.

“O veredicto de hoje reforça o que outro júri descobriu no ano passado e o que cientistas do estado da Califórnia e da Organização Mundial da Saúde concluíram: o glifosato causa câncer nas pessoas”, disse o presidente do Grupo de Trabalho Ambiental Ken Cook em um comunicado. Ele acrescentou que quanto mais processos surjam, maiores serão as evidências “de que o Roundup não é seguro e a empresa tentou encobrir”.

Hardeman foi diagnosticado com linfoma não-Hodgkin (NHL) em 2015, depois de usar o Roundup para matar carvalho venenoso e ervas daninhas em sua propriedade por mais de 20 anos. Em 2016, ele processou a Monsanto, adquirida pela Bayer em 2018.

No ano passado, outro júri em San Francisco havia condenado a corporação a pagar a indenização de US\$ 268 milhões ao jardineiro municipal Dwayne Johnson, 46, que sofre também de linfoma não-Hodgkin incurável e com diagnóstico de pouco tempo de vida.

A sentença concluiu que a Monsanto havia agido com “malícia” e que o herbicida era responsável pelo câncer incurável de Johnson. Posteriormente, um juiz reduziu a indenização para US\$ 78 milhões. A conclusão da OMS de que o glifosato “provavelmente é carcinogênico” data de 2015.

“É uma grande vitória para todos os requerentes de NHL induzidos pelo Roundup e uma perda devastadora para a Bayer/Monsanto”, afirmou o advogado do jardineiro Johnson, Michael Baum.

Os advogados de Hardeman, em comunicado conjunto, disseram que ele está satisfeito com que o júri tenha “unanimeamente” afirmado que o Roundup “causou o linfoma não-Hodgkin”. “Agora podemos nos concentrar na evidência de que a Monsanto não adotou uma abordagem objetiva e responsável para a segurança do Roundup”, assinaram Aimee Wagstaff e Jennifer Moore.

“Em vez disso, fica claro pelas ações da Monsanto que não se importa particularmente se o produto está de fato dando câncer às pessoas, concentrando-se em manipular a opinião pública e solapando quem levanta preocupações genuínas e legítimas sobre o assunto”, acrescentaram. “Estamos ansiosos para

apresentar essa evidência ao júri e responsabilizar a Monsanto por sua má conduta”.

O Roundup/Glifosato é o herbicida mais usado no mundo, graças à manipulação genética de sementes (Roundup Ready) para tolerar altas doses do produto. Em decorrência da campanha da Monsanto para uso do Roundup como agente dessecante para secar cultivos e fazer a colheita mais rapidamente, o uso também se estendeu aos cultivos convencionais. A Bayer/Monsanto controla 25% do mercado mundial de pesticidas e 30% das vendas de sementes agrícolas. Nas transgênicas, é quase um monopólio.

Apesar de o marketing da Monsanto asseverar que os cultivos geneticamente modificados iriam reduzir o uso de pesticidas e herbicidas, só nos EUA, entre 1996 e 2011, seu uso aumentou em 243 mil toneladas.

A Monsanto, hoje Bayer, também é acusada de falsificar dados sobre a segurança do Roundup, a ponto de ser usado em parques infantis, pátios de escola, parques municipais e gramados privados. Marketing que foi sentenciado por um tribunal francês como publicidade enganosa.

Além de provocar câncer, o sistema pesticida/sementes geneticamente modificadas da Monsanto é acusado de levar ao desenvolvimento de plantas resistentes ao glifosato e extermínio da biodiversidade, em paralelo à dependência e endividamento de pequenos agricultores.

MONOPÓLIO

O dirigente da Coligação Contra os Perigos da Bayer (CBG), Toni Michelmann, denunciou que com a fusão Bayer/Monsanto “a concentração no mercado do agronegócio atinge um novo pico e os elementos chave da cadeia alimentar estão agora nas mãos de um só grupo”.

Michelmann previu que a repulsa à Monsanto irá se deslocar para a Bayer: “contra uma política comercial que finge lutar contra a fome, mas aposta sobretudo nas monoculturas de soja e de milho para alimentar a pecuária industrial e que, com os seus pesticidas, coloca em perigo polinizadores como as abelhas, tão importantes para as culturas aráveis. Uma política que leva mais e mais venenos para o campo”.

Repulsa que não é ignorada pela Bayer, que suprimiu a marca maldita –afinal, como fica seu mundialmente conhecido slogan “se é Bayer, é bom”, acoplado ao odiado Monsanto?

Nome que se tornou símbolo do envenenamento ambiental, com até um Dia Mundial de Luta contra a Monsanto, o 23 de maio, e um tribunal internacional de ativistas em 2016 em que a multinacional foi julgada por crimes contra a humanidade.

“A decisão da Bayer de comprar a Monsanto, uma empresa com uma longa história de prevaricação ambiental, pode ficar como uma das piores decisões de negócios já feitas”, afirmou o ambientalista Cook. O dia do julgamento da Bayer e seu herbicida causador de câncer “está se aproximando”, acrescentou. Após a decisão do júri no caso Hardeman, as ações da Bayer caíram 9,6% na Bolsa de Frankfurt.

A.P.

Câmara homenageia presidente João Goulart no centenário de seu nascimento

“Jango viveu, Jango vive, Jango viverá!”

O deputado Pompeu de Matos (PDT-RS) abriu, nesta quarta-feira (20), às 9 horas, com o Hino Nacional Brasileiro, os trabalhos da Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 100 anos do presidente João Goulart, deposto em 1964 por um golpe de Estado comandado por forças antidemocráticas, interessadas em colocar o Brasil numa posição subalterna em relação aos interesses americanos.

Pompeu de Matos chamou para compor a mesa o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o deputado André Figueiredo (PDT-CE), o deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) e o deputado Pedro Lucas (PTB-MA), todos também proponentes da solenidade. Também estavam na mesa João Vicente Goulart, filho de Jango e candidato a Presidente da República nas eleições de 2018, e Christopher Goulart, suplente de senador pelo PDT do Rio Grande do Sul, e neto de João Goulart.

Participaram da Sessão Solene o deputado Afonso Antunes da Mota (PDT-RS), o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), o deputado Leônidas Cristino (PDT-CE), o deputado Gilmar Sossela (PDT-RS), deputado Henrique Fontana (PT-RS), deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), líder da bancada do partido, deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), deputado Carlos Zaratini, líder do PT, João Pedro Ferraz, Secretário de Estado do Trabalho do DF, Walter Sorrentino, vice-presidente nacional do PCdoB, Mohamad Khafif, Embaixador da Síria, Vicente Goulart, Subsecretário do Trabalho do DF e Verônica Goulart, esposa de João Vicente Goulart.

Logo após a composição da mesa da Sessão Solene e do Hino Nacional, os presentes puderam assistir a um documentário da TV Senado sobre a vida de João Goulart e sua trajetória ao lado de Getúlio Vargas e também sua vida no exílio de onde não conseguiu retornar à sua Pátria. João Goulart faleceu, em condições ainda não inteiramente esclarecidas, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Região de Corrientes, na Argentina. João Goulart é o único presidente brasileiro morto no exílio.

Em seguida o deputado Pompeu de Matos leu uma carta enviada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, saudando os 100 anos da data do nascimento do ex-presidente João Goulart. “Trata-se de excelente oportunidade de lembrar a memória desse político brasileiro e de procurar compreendê-lo em seu contexto histórico”, disse Maia, acrescentando que Jango “propôs medidas de cunho nacionalista – as reformas de base – e cumpriu seu papel na política brasileira em uma época política muito difícil, marcada por grandes polarizações ideológicas em todo o mundo”.

Em seu discurso, Pompeu de Matos destacou o protagonismo de João Goulart no período democrático que vai de 1945 a 1964. “No dia 1 de março comemoramos o nascimento desse Herói da Pátria. Digo isso porque sou autor do projeto que coloca Jango no livro dos Heróis Nacionais”, afirmou.



O deputado Orlando Silva ressaltou que “felizmente a história brasileira, num prazo rápido, num prazo breve, bastante curto, começa a dar a verdadeira dimensão que tem o presidente João Goulart”. “Começamos a dar a dimensão inclusive aos acontecimentos de março de 1964. Na medida em que nós, ao reafirmarmos, em 2013, que houve um golpe de Estado, nós começamos a restabelecer os verdadeiros fatos históricos”, observou o deputado.

“Aqui dessa tribuna, Aldo de Moura Andrade declarou vago o cargo de Presidente da República, quando Jango estava no Brasil como legítimo presidente da República, no Estado do Rio Grande do Sul”, lembrou Orlando Silva.

“Precisamos falar do legado de Jango e, sobretudo, das reformas de base, ou as reformas estruturais, para que o Brasil possa construir um caminho autônomo de desenvolvimento com garantias de direitos. Essa perspectiva de profundas transformações, eu diria que é um legado muito importante do nosso querido presidente João Goulart”, completou o parlamentar do PCdoB.

João Vicente Goulart, filho de Jango disse que “quis o destino que a homenagem à passagem dos 100 anos de meu pai, o presidente João Goulart, se desse num momento político crítico que o Brasil está atravessando”. Ele lembrou que este “é um momento em que uma política e a atuação do Brasil é completamente diferente daquelas que Jango defendeu”. “Estamos aqui não somente para lembrar o resgate da vida e da obra de João Goulart. Não estamos aqui apenas para lembrar das reformas de base, as reformas estruturais. Estamos aqui para comparar dois momentos políticos de nossa nação”, enfatizou João Vicente.

“Estamos aqui agora para dizer que vamos lutar por um Brasil mais justo, mais soberano, mais democrático, mas principalmente um país voltado para os mais sofridos desta nação, que estão perdendo seus direitos”, prosseguiu. “Temos que combater o entreguismo gratuito que estamos assistindo com a viagem do presidente aos EUA. Com Jango não teria acontecido nada disso”, completou João Vicente.

O líder do PCdoB, deputado Daniel Almeida, disse que “esta é uma homenagem cheia de simbolismos e com grande significado histórico, porque lembra



O presidente João Goulart foi deposto em março de 1964 por um golpe de Estado. (Getty Images/VEJA)



Deputado Daniel Almeida (PCdoB), João Vicente Goulart, deputado Pompeo de Mattos (PDT) e o suplente de senador Christopher Goulart (PDT) durante homenagem a Jango - Foto: Luís Macedo/ Agência Câmara



Deputado Orlando Silva (PCdoB)

o centenário de um presidente que foi derrubado por um golpe militar, com a participação dos Estados Unidos, como revelam documentos que tiveram seu sigilo suspenso”.

Lendo um trecho do discurso de Jango no comício da Central, Almeida disse:

“a democracia que eles desejam impingir a nós é a democracia anti-povo, anti-sindicato, anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a quem eles servem e representam. A democracia que eles querem é a democracia para liquidar

com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios nacionais e internacionais. É a democracia que levou Getúlio ao supremo sacrifício”. “Este ato traz luz, olhando para a história, para este momento de tanta necessidade de reflexão, buscando impedir que fatos dessa natureza possam se repetir. As reformas de base é que produziram essa reação contra João Goulart”, afirmou Almeida.

O deputado Afonso Mota lembrou as grandes figuras que vieram do Sul, entre ele Jango. Lembrou que foi Jango que abriu as relações com a China. Hoje 20% de nosso comércio é com os EUA e 60% das exportações é para a China”, observou. O deputado Henrique Fontana (PT-RS) disse que era uma honra participar dessa data e dessa homenagem. “Importante homenagear figuras políticas como Jango. Ele foi perseguido

porque decidiu defender os trabalhadores e o povo. Porque quis fazer as reformas de base”, assinalou.

O suplente de senador, Christopher Goulart, do PDT-RS, citou José Saragago. “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos”. “Sem memória, não existimos e sem responsabilidade talvez nem merecêssemos existir. Mais importante é o legado que Jango nos deixou, é a mensagem que ele deixou para este país. As reformas de base”, disse.

O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) disse que “Jango viveu, Jango vive e Jango viverá”. “Ele defendeu os direitos dos trabalhadores. Jango continua odiado pelas elites que fizeram 1964. Ele está nas lutas que travamos hoje. Morreu no exílio e isso demonstra a grandeza desse homem”, afirmou o parlamentar fluminense.